PLANO DE GOVERNO 2027-2030: DESENVOLVIMENTO, JUSTIÇA TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

Coligação Campo Democrático
Governador: Gelson Merisio (PSB)
Vice-governadora: Ângela Albino (PDT)
Aliança: PSB, PDT, PT, PSOL, PCdoB, PV, REDE

SANTA CATARINA PRECISA VOLTAR A PLANEJAR SEU FUTURO

Santa Catarina possui uma das economias mais dinâmicas do Brasil. O Estado apresenta elevada arrecadação e capacidade de investimento. O problema catarinense não é a escassez de recursos públicos. O problema é a ausência de um projeto estratégico capaz de transformar essa capacidade financeira em desenvolvimento para todas as regiões.

Enquanto a economia cresce, aumentam também problemas que afetam diretamente a vida da população: congestionamentos, déficit habitacional, eventos climáticos cada vez mais frequentes, pressão sobre os serviços públicos, desigualdades regionais e dificuldade de acesso da juventude a oportunidades de formação e trabalho qualificado.

Nos últimos anos, o Estado abriu mão do planejamento de longo prazo. À consequência é um governo que reage aos problemas, em vez de antecipá-los, Obras deixam de dialogar entre si, políticas públicas permanecem fragmentadas e regiões inteiras continuam à margem do desenvolvimento.

Santa Catarina precisa recuperar a capacidade de planejar, coordenar investimentos e induzir o desenvolvimento. O Estado deve atuar como para construir soluções permanentes.

Nosso compromisso é construir um novo ciclo de desenvolvimento baseado em cinco pilares:

- crescimento econômico com inovação;
- redução das desigualdades sociais e territoriais;
- fortalecimento dos serviços públicos;
- adaptação às mudanças climáticas;
- planejamento regional de longo prazo.

O objetivo é aumentar a capacidade do Estado de organizar o desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população e preparar Santa Catarina para os desafios das próximas décadas: *planejar o território para transformar crescimento econômico em desenvolvimento, justiça social e territorial e qualidade de vida.*

1. SANTA CATARINA DIANTE DE UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

1.1 Um estado que deu certo, mas enfrenta novos desafios

Santa Catarina construiu, ao longo das últimas décadas, uma das experiências de desenvolvimento mais bem-sucedidas do Brasil. A diversidade de sua economia, a força do empreendedorismo, a presença de pequenas e médias empresas, o cooperativismo, a agricultura familiar, a capacidade industrial, os serviços, o turismo e uma ampla rede de instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e inovação fizeram do Estado uma referência nacional em geração de riqueza, emprego e qualidade de vida.

Essa trajetória permitiu consolidar um Estado com elevada capacidade de arrecadação, equilíbrio fiscal e importantes ativos institucionais. Diferentemente de muitos estados brasileiros, Santa Catarina possui condições objetivas para ampliar seus investimentos públicos e enfrentar desafios estruturais sem comprometer sua sustentabilidade financeira.

Entretanto, o sucesso do passado não garante as respostas para o futuro.

As transformações econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas das últimas décadas inauguraram uma nova realidade, Problemas que antes eram pontuais passaram a assumir caráter estrutural, exigindo um novo papel do Estado e uma nova estratégia de desenvolvimento.

O desafio de Santa Catarina deixou de ser apenas crescer economicamente. O desafio agora consiste em transformar crescimento em qualidade de vida, sustentabilidade, inovação e oportunidades distribuídas de forma equilibrada por todo o território catarinense.

1.2 A transição demográfica

Santa Catarina passa por profundas transformações demográficas. A redução da taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento acelerado da

população modificam a demanda por políticas públicas, altercam o mercado de trabalho e impõem novos desafios ao sistema de saúde, à previdência, à mobilidade, à habitação e aos serviços urbanos.

Ao mesmo tempo, o Estado continua recebendo intenso fluxo migratório proveniente de outras regiões do país e do exterior. Esse crescimento populacional concentra-se principalmente nas regiões litorâneas e metropolitanas, aumentando a pressão sobre a infraestrutura urbana, o sistema habitacional, os equipamentos públicos e o mercado imobiliário.

Essa dupla dinâmica, envelhecimento populacional e crescimento concentrado em determinadas regiões, exige políticas públicas diferenciadas para cada território, reconhecendo que as necessidades do Oeste, da Serra, do Planalto Norte, do Meio-Geste e do Litoral são distintas. Planejar o futuro significa antecipar essas mudanças.

1.3 A crise climática deixou de ser um problema do futuro

Durante muito tempo as mudanças climáticas foram tratadas como um risco distante. Hoje elas fazem parte da realidade catarinense.

Enchentes, enxurradas, deslizamentos, estiagens prolongadas, ressacas, ciclones e eventos extremos tornaram-se mais frequentes e intensos, produzindo perdas humanas, econômicas e ambientais.

Esses fenômenos afetam a agricultura, comprometem a infraestrutura, aumentam os custos da produção, ampliam a vulnerabilidade das populações de baixa renda e pressionam continuamente as finanças públicas, Não basta fortalecer a capacidade de resposta da Defesa Civil. É necessário incorporar a adaptação climática como princípio permanente do planejamento territorial.

Isso significa orientar a expansão urbana para áreas seguras, proteger rios, encostas e nascentes, ampliar áreas verdes, recuperar bacias hidrográficas, implantar infraestrutura de drenagem baseada na natureza e preparar os municípios para reduzir riscos antes que os desastres ocorram.

A política climática deixa de ser uma política ambiental e passa a ser uma política de desenvolvimento.

1.4 Uma economia em transformação

A economia mundial atravessa uma profunda transformação impulsionada pela digitalização, pela inteligência artificial, pela automação, pela transição energética e pelas novas formas de organização do trabalho e da produção.

Santa Catarina reúne excelentes condições para participar desse novo ciclo. Possui universidades reconhecidas, institutos federais distribuídos pelo território catarinense, centros de inovação, parques tecnológicos, empresas inovadoras e forte capacidade empreendedora.

Entretanto, a competitividade futura dependerá cada vez mais da capacidade de produzir conhecimento, incorporar tecnologia, formar pessoas qualificadas e transformar ciência em inovação.

Mais do que competir por incentivos fiscais, Santa Catarina deverá competir pela qualidade de sua infraestrutura, pela qualificação de sua mão de obra, pela capacidade de inovação de suas empresas e pela eficiência de suas instituições públicas.

1.5 Um estado cada vez mais urbano

Santa Catarina tornou-se predominantemente urbana. As cidades concentram a maior parte da população, da produção econômica e dos serviços públicos.

Ao mesmo tempo, enfrentam problemas crescentes de mobilidade, habitação, saneamento, ocupação de áreas de risco, expansão desordenada, congestionamentos e degradação ambiental. Apesar disso, o Estado ainda carece de uma política estadual consistente de desenvolvimento urbano. Os municípios enfrentam isoladamente desafios que extrapolam seus limites administrativos, especialmente nas regiões metropolitanas e nos grandes eixos urbanos.

As políticas estaduais precisam reconhecer que o desenvolvimento social e econômico dependem, cada vez mais, da qualidade das cidades. Cidades bem planejadas tornam-se mais produtivas, mais sustentáveis e mais inclusivas.

1.6 As desigualdades territoriais

Santa Catarina apresenta indicadores sociais superiores à média brasileira. Entretanto, o desenvolvimento permanece distribuído de forma desigual entre suas regiões. Enquanto determinadas áreas concentram investimentos, infraestrutura e

empregos qualificados, outras convivem com perda populacional, dificuldades logísticas, menor dinamismo econômico e acesso limitado a serviços especializados.

Essas desigualdades não podem ser enfrentadas apenas por políticas compensatórias. Elas exigem planejamento territorial, fortalecimento das cidades médias, integração regional, valorização dos arranjos produtivos locais e descentralização dos investimentos públicos.

O território deve deixar de ser apenas o espaço onde as políticas são executadas. Deve tornar-se o principal critério para sua formulação.

1.7 Um novo ciclo de desenvolvimento

Os desafios apresentados não representam uma crise de Santa Catarina. Representam a transição entre dois momentos históricos. O modelo que permitiu ao Estado alcançar elevados níveis de desenvolvimento precisa agora ser atualizado para responder às transformações do século XXI.

Esse novo ciclo exige um Estado capaz de planejar, coordenar investimentos, produzir conhecimento, fortalecer a cooperação entre instituições e orientar o desenvolvimento de forma integrada.

O futuro de Santa Catarina dependerá menos da quantidade de recursos disponíveis e mais da capacidade de utilizá-los de maneira inteligente, articulada e territorial e socialmente equilibrada.

É a partir desse diagnóstico que este Plano de Governo apresenta suas propostas. Cada compromisso aqui assumido responde a um desafio estrutural aqui identificado. Assim, o conjunto das políticas públicas deixa de ser uma coleção de iniciativas isoladas para constituir um projeto integrado de desenvolvimento, orientado por uma visão de longo prazo e pelo compromisso de transformar crescimento econômico em prosperidade compartilhada, justiça social e territorial e qualidade de vida para todas as pessoas que aqui vivem.

2. O ESTADO COORDENADOR DO DESENVOLVIMENTO: PLANEJAR PARA TRANSFORMAR

O desenvolvimento de Santa Catarina não será resultado apenas da ação do mercado nem exclusivamente da atuação do poder público. Ele dependerá da capacidade de

construir um projeto coletivo, capaz de integrar investimentos, conhecimento, inovação e participação social em torno de objetivos comuns. O papel do Estado, nesse contexto, é coordenar esse esforço.

Nas últimas décadas, o debate público frequentemente apresentou duas visões opostas sobre a administração pública. De um lado, a ideia de um Estado mínimo, limitado à prestação de serviços essenciais e à regulação da economia. De outro, a concepção de um Estado excessivamente centralizador, responsável por executar diretamente todas as políticas e atividades econômicas.

Os desafios do século XXI exigem outro caminho. Santa Catarina precisa de um Estado capaz de planejar, coordenar, induzir investimentos e construir parcerias permanentes com municípios, universidades, institutos de pesquisa, cooperativas, setor produtivo e sociedade civil. Um Estado que não substitui a iniciativa da sociedade, mas que organiza, integra e potencializa as capacidades existentes no território.

Essa é a concepção de Estado Coordenador do Desenvolvimento.

2.1 Um Estado que articula capacidades

Santa Catarina possui um patrimônio institucional raro no Brasil. Universidades públicas e privadas de excelência; Institutos Federais presentes em todas as regiões; centros de pesquisa; cooperativas reconhecidas internacionalmente; empresas inovadoras; agricultura familiar organizada; organização das micro e pequenas empresas; parques tecnológicos; instituições financeiras públicas; municípios com tradição administrativa; associações intermunicipais. Esses ativos, entretanto, atuam de forma pouco articulada.

Muitas políticas públicas deixam de alcançar melhores resultados porque falta coordenação, planejamento e integração entre instituições que compartilham objetivos semelhantes e o governo estadual deve assumir o papel de articulador dessa inteligência coletiva.

O desenvolvimento precisa deixar de ser responsabilidade de uma única secretaria ou instituição e passar a ser resultado da cooperação entre todo o sistema público e a sociedade.

2.2 Planejamento como instrumento de governo

Planejar não significa controlar rigidamente a sociedade nem impor soluções centralizadas. Planejar significa construir uma visão compartilhada de futuro. Significa estabelecer prioridades, organizar investimentos, definir metas, avaliar resultados e adaptar continuamente as políticas públicas às transformações da realidade.

Durante os últimos anos, o planejamento foi substituído por decisões fragmentadas, determinadas por demandas imediatas ou por interesses setoriais. Essa lógica reduz a eficiência dos investimentos públicos, dificulta a integração das políticas e amplia as desigualdades entre os territórios.

Nosso governo retomará o planejamento como função permanente do Estado. O Plano Santa Catarina do Campo Democrático será o principal instrumento dessa estratégia, articulando infraestrutura, desenvolvimento econômico, educação, saúde, inovação, meio ambiente, habitação, mobilidade e adaptação climática em uma única visão de longo prazo.

2.3 O território como referência das políticas públicas

Este plano parte de um princípio fundamental: as políticas públicas devem responder às características dos territórios. Santa Catarina é um estado diverso: as necessidades do Oeste diferem das do Litoral; os desafios da Serra não são os mesmos do Vale do Itajaí, nem do Sul do Estado; as oportunidades do Extremo Oeste não são iguais às da Grande Florianópolis.

Por isso, as políticas estaduais não podem ser formuladas exclusivamente a partir da estrutura administrativa do governo. Devem considerar as dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais de cada região.

O território deixa de ser apenas o espaço onde as políticas são executadas e passa a orientar sua formulação, implementação e avaliação. Essa perspectiva permitirá fortalecer as cidades médias, integrar áreas metropolitanas, apoiar os pequenos municípios e reduzir desigualdades regionais.

2.4 Conhecimento para governar melhor

Nenhum governo consegue enfrentar os desafios contemporâneos sem produzir conhecimento sobre sua própria realidade. A transformação digital, a inteligência

artificial, as mudanças climáticas e a velocidade das transformações econômicas exigem decisões baseadas em evidências. Santa Catarina dispõe de uma das mais importantes redes públicas de produção de conhecimento do país, Universidades, Institutos Federais, centros tecnológicos e fundações produzem diariamente pesquisas que podem qualificar a formulação de políticas públicas.

Nosso governo transformará esse patrimônio científico em instrumento permanente de gestão. Será criado o Sistema Estadual de Inteligência Territorial, integrando bases de dados, observatórios regionais, laboratórios de inovação e mecanismos de avaliação de políticas públicas.

Planejar deixará de ser um exercício esporádico para tornar-se uma atividade permanente do Estado.

2.5 Cooperação como método de governo

Os grandes desafios contemporâneos ultrapassam as competências de um único órgão governamental: mobilidade depende de habitação; habitação depende de infraestrutura; infraestrutura depende de planejamento territorial; planejamento depende de informações confiáveis; desenvolvimento econômico depende de educação, ciência e inovação; combate aos efeitos das mudanças climáticas exige integração entre meio ambiente, defesa civil, agricultura, cidades e infraestrutura.

Por essa razão, nosso governo adotará a cooperação institucional como princípio permanente de gestão. Secretarias deixarão de atuar de forma isolada e passarão a desenvolver programas integrados, organizados em torno das missões estratégicas deste Plano. Da mesma forma, o Estado fortalecerá mecanismos permanentes de cooperação com a União e com os municípios, respeitando sua autonomia, oferecendo apoio técnico, compartilhando informações e ampliando a capacidade de implementação das políticas públicas.

2.6 Desenvolvimento com responsabilidade fiscal

O fortalecimento do planejamento não significa ampliação indiscriminada da máquina pública. Ao contrário, a boa gestão exige responsabilidade fiscal, eficiência administrativa, transparência e avaliação permanente dos resultados. Santa Catarina

dispõe de uma situação fiscal que permite ampliar investimentos estratégicos sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Nosso compromisso é utilizar essa capacidade de forma inteligente, priorizando investimentos que gerem efeitos duradouros sobre o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a qualidade de vida. Cada real investido deverá produzir benefícios permanentes para a sociedade.

2.7 Um governo orientado por missões

Este Plano organiza a atuação do Estado em torno de grandes missões estratégicas. Essa abordagem substitui a lógica fragmentada da administração pública por uma visão integrada, na qual diferentes órgãos e instituições atuam conjuntamente para enfrentar desafios complexos.

Essa organização permitirá maior coordenação entre políticas públicas, melhor utilização dos recursos disponíveis e maior transparência na avaliação dos resultados. Mais do que administrar estruturas administrativas, nosso governo pretende mobilizar capacidades, construir consensos e liderar um novo ciclo de desenvolvimento para Santa Catarina.

O Estado Coordenador do Desenvolvimento é, portanto, a expressão de um compromisso com a eficiência, a transparência, a inovação e a democracia. Um Estado que planeja, articula e induz, sem sufocar a iniciativa da sociedade; que atua em conjunto com a União e fortalece municípios sem substituir sua autonomia; que transforma conhecimento em políticas públicas; e que faz do planejamento territorial o eixo de um projeto de desenvolvimento capaz de gerar prosperidade, reduzir desigualdades e ampliar a qualidade de vida em todas as regiões de Santa Catarina.

3. AS MISSÕES ESTRATÉGICAS PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Os desafios identificados demonstram que Santa Catarina precisa de um governo capaz de integrar políticas públicas, superar a fragmentação administrativa e orientar suas ações por objetivos estratégicos de longo prazo.

Tradicionalmente, os planos de governo são organizados segundo a estrutura das secretarias de Estado. Embora esse modelo facilite a organização administrativa, ele

dificulta a articulação entre políticas que dependem umas das outras. Por essa razão, este Plano de Governo adota uma abordagem orientada por missões estratégicas.

Cada missão representa um grande compromisso do Estado com a sociedade catarinense e reúne políticas públicas de diferentes áreas em torno de um mesmo objetivo. Essa forma de organização permite integrar instituições, otimizar recursos, estabelecer prioridades e avaliar resultados de forma mais transparente.

As missões apresentadas a seguir traduzem a visão de desenvolvimento que orienta este plano e estruturam todas as ações do governo.

3.1 PRIMEIRA MISSÃO: UM ESTADO QUE PLANEJA E COORDENA O DESENVOLVIMENTO

O planejamento voltará a ocupar posição central na administração pública. O governo fortalecerá sua capacidade de formular estratégias de longo prazo, coordenar investimentos, integrar políticas públicas e avaliar resultados. O território será a principal referência para a organização das ações governamentais.

Essa missão compreende à modernização da gestão pública, a transformação digital, a transparência, o planejamento regional, a inteligência territorial, a avaliação permanente de políticas públicas e o fortalecimento da cooperação do Estado com a União, os municípios, com as instituições e com Sociedade Civil.

Programas Estruturantes:

1. Programa Estado Coordenador do Desenvolvimento

Fortalecer a capacidade do Estado de formular estratégias, coordenar investimentos e integrar políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. O programa promoverá:

- Planejamento estratégico de longo prazo;
- Coordenação intersetorial das políticas públicas;
- Integração entre desenvolvimento econômico, social, territorial e ambiental;
- Fortalecimento da capacidade institucional do Estado;
- Acompanhamento das prioridades estratégicas do governo.

2. Programa Planejamento Territorial e Regional

Instituir o território como referência para o planejamento governamental. O programa compreenderá:

- Fortalecimento das regiões de planejamento;
- Elaboração de estratégias regionais de desenvolvimento;
- Integração das políticas estaduais nos territórios;
- Apoio aos consórcios públicos e associações de municípios.

3. Programa Governo Digital

Expandir a transformação digital do Estado para ampliar a eficiência administrativa e facilitar o acesso da população aos serviços públicos. O programa promoverá:

- Digitalização dos serviços públicos;
- Integração de plataformas governamentais;
- Automação de processos administrativos;
- Segurança da informação.

Metas Estratégicas:

- Instituir um sistema estadual permanente de planejamento de longo prazo.
- Criar o Instituto Catarinense de Indicadores.
- Fortalecer observatórios estaduais para subsidiar decisões estratégicas.
- Ampliar a transparência e a disponibilização de dados públicos.
- Integrar planejamento, orçamento e gestão por resultados.
- Consolidar o território como referência para a formulação das políticas públicas.
- Fortalecer o planejamento regional e reduzir as desigualdades sociais e territoriais.
- Ampliar a cooperação do Estado com a União, municípios e consórcios públicos.
- Apoiar estratégias regionais de desenvolvimento baseadas nas potencialidades locais.
- Simplificar processos administrativos e ampliar a eficiência da gestão pública.
- Expandir a digitalização dos serviços estaduais.
- Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.
- Consolidar redes permanentes de cooperação entre governo, universidades, setor produtivo e sociedade civil.

- Fortalecer os mecanismos de participação social na formulação e avaliação das políticas Públicas.
- Ampliar a transparência ativa e o acesso às informações públicas.

3.2 SEGUNDA MISSÃO: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E REDUZIR AS DESIGUALDADES

Santa Catarina apresenta indicadores sociais médios que mascaram desigualdades sociais importantes. Milhares de famílias vivem em situação de pobreza extrema, enfrentando insegurança alimentar, moradia precária, dificuldade de acesso ao trabalho, à educação, à saúde e aos serviços públicos essenciais.

A pobreza não resulta apenas da insuficiência de renda. Ela expressa a combinação de diferentes formas de exclusão que limitam as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e reproduzem desigualdades entre gerações e entre territórios.

Erradicar a pobreza extrema constitui um compromisso ético e uma condição para o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Nenhuma sociedade pode considerar-se plenamente desenvolvida enquanto parte de sua população permanecer privada das condições mínimas para viver com dignidade.

Nosso governo assumirá como prioridade a superação da pobreza extrema por meio da integração das políticas sociais, da inclusão produtiva e da ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina sem Pobreza Extrema

Instituir uma estratégia estadual integrada para erradicar a pobreza extrema, articulando políticas de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. O programa promoverá:

- Integração entre políticas sociais;
- Fortalecimento do Cadastro Único;
- Busca ativa das famílias em situação de extrema pobreza;
- Articulação entre Estado e municípios;
- Monitoramento permanente dos indicadores sociais.

2. Programa Segurança Alimentar e Nutricional

Garantir o direito humano à alimentação adequada e combater a insegurança alimentar. O programa compreenderá:

- Fortalecimento da agricultura familiar para abastecimento local, priorizando a produção orgânica;
- Ampliação das cozinhas comunitárias e bancos de alimentos;
- Apoio aos restaurantes populares;
- Combate ao desperdício de alimentos;
- Educação alimentar e nutricional;
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Segurança Alimentar;
- Um sistema onde os agricultores familiares sejam fornecedores da merenda escolar.

3. Programa Inclusão Produtiva e Geração de Renda

Promover autonomia econômica por meio da qualificação profissional, do empreendedorismo e da inserção produtiva. O programa apoiará:

- Qualificação profissional;
- Intermediação de mão de obra;
- Empreendedorismo popular;
- Economia solidária;
- Microcrédito produtivo;
- Apoio aos pequenos empreendimentos familiares;
- Inclusão produtiva de mulheres, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade.

4. Programa Primeira Infância e Desenvolvimento Humano

Ampliar a proteção integral às crianças na primeira infância e suas famílias. O programa promoverá:

- Fortalecimento da atenção integral à primeira infância;
- Integração entre saúde, educação e assistência social;
- Apoio às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Prevenção da violência infantil;

- Acompanhamento do desenvolvimento infantil.

5. Programa Assistência Social Forte

Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como política pública estruturante. O programa compreenderá:

- Fortalecimento dos CRAS e CREAS;
- Apoio aos municípios;
- Qualificação dos serviços socioassistenciais;
- Valorização dos trabalhadores do SUAS;
- Inovação na gestão da assistência social.

6. Programa Habitar com Dignidade

Integrar habitação, regularização fundiária e melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade. O programa apoiará:

- Melhoria habitacional;
- Urbanização de assentamentos precários;
- Regularização fundiária;
- Assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS);
- Prevenção da ocupação de áreas de risco.

7. Programa Territórios Prioritários

Concentrar investimentos públicos nos territórios com maiores vulnerabilidades sociais. O programa promoverá:

- Planejamento territorial integrado a partir de indicadores;
- Ações intersetoriais;
- Melhoria da infraestrutura urbana;
- Qualificação dos equipamentos públicos;
- Fortalecimento da presença do Estado nas áreas mais vulneráveis.

8. Programa Igualdade de Oportunidades

Reduzir desigualdades no acesso à educação, saúde, cultura, esporte e inclusão

digital. O programa apoiará:

- Permanência escolar;
- Inclusão digital;
- Acesso aos serviços públicos;
- Mobilidade para populações vulneráveis;
- Fortalecimento das políticas voltadas à juventude;
- Implantação das políticas de cuidado, em especial de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Metas Estratégicas:

- Reduzir progressivamente a população em situação de pobreza extrema, inclusive a população em situação de rua, por meio da integração das políticas públicas.
- Fortalecer mecanismos de busca ativa e acompanhamento das famílias mais vulneráveis.
- Integrar as ações estaduais aos programas federais e municipais de proteção social.
- Fortalecer a produção e distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar.
- Expandir a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar.
- Ampliar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda.
- Expandir políticas de microcrédito, associativismo e empreendedorismo popular e economia solidária.
- Integrar políticas de trabalho, assistência social e desenvolvimento econômico,
- Fortalecer o SUAS em todos os municípios catarinenses.
- Qualificar os serviços prestados pelos CRAS e CREAS.
- Valorizar os trabalhadores da assistência social.
- Priorizar investimentos públicos nos territórios com maiores indicadores de vulnerabilidade social.
- Integrar políticas de habitação, educação, saúde, mobilidade e infraestrutura nos territórios prioritários.
- Reduzir desigualdades entre regiões e municípios.
- Ampliar o acesso da população vulnerável aos serviços públicos essenciais.

- Fortalecer políticas voltadas à primeira infância, juventude, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- Expandir políticas de inclusão digital e permanência escolar.
- Implantar um sistema estadual de monitoramento da pobreza multidimensional.
- Produzir indicadores territoriais para orientar o planejamento das políticas sociais,
- Avaliar continuamente os resultados das políticas de combate à pobreza.

3.3 TERCEIRA MISSÃO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E INOVAÇÃO

Santa Catarina iniciará um novo ciclo de desenvolvimento baseado na inovação, na diversificação produtiva, na agregação de valor, na sustentabilidade e na geração de empregos qualificados.

O Estado atuará como indutor do desenvolvimento econômico, fortalecendo a indústria, a economia do conhecimento, os arranjos produtivos locais (APLS), a economia criativa, as micro e pequenas empresas, as cooperativas, a agricultura familiar, a economia solidária e os novos setores tecnológicos.

O desenvolvimento econômico será tratado como instrumento para ampliar oportunidades e reduzir desigualdades entre as regiões.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina 2040

Instituir uma estratégia estadual de desenvolvimento econômico de longo prazo, articulando planejamento, inovação, infraestrutura e sustentabilidade. O programa promoverá:

- Planejamento estratégico da economia catarinense;
- Identificação das vocações regionais;
- Fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas;
- Articulação entre investimentos públicos e privados;
- Monitoramento permanente dos indicadores econômicos.

2. Programa Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais como instrumento de desenvolvimento

regional. O programa apoiará:

- Governança dos APLs;
- Inovação tecnológica;
- Qualificação profissional;
- Cooperação empresarial;
- Acesso ao crédito;
- Inserção em novos mercados;
- Internacionalização.

Cada região do Estado contará com políticas específicas voltadas às suas vocações econômicas.

3. Programa Economia do Conhecimento

Transformar conhecimento, ciência e inovação em motores do desenvolvimento econômico. O programa apoiará:

- *Startups*;
- Empresas de base tecnológica;
- Parques tecnológicos;
- Incubadoras;
- Inteligência artificial;
- Biotecnologia;
- Economia digital;
- Tecnologias para a transição energética,

Universidades, Institutos Federais, centros de pesquisa e setor produtivo atuarão de forma integrada na geração de inovação.

4. Programa Micro e Pequenas Empresas Fortes

Fortalecer os pequenos negócios como principais geradores de emprego e renda. O programa promoverá:

- Simplificação do ambiente de negócios;
- Acesso ao crédito;
- Inovação:
- Qualificação empresarial;

- Digitalização;
- Internacionalização;
- Compras públicas voltadas às micro e pequenas empresas.

5. Programa Cooperativismo e Economia Solidária

Fortalecer cooperativas, associações e empreendimentos da economia solidária como instrumentos de desenvolvimento regional. O programa apoiará:

- Inovação na gestão;
- Agregação de valor;
- Acesso ao crédito;
- Comercialização;
- Redes cooperativas;
- Assistência técnica;
- Qualificação profissional.

6. Programa Economia Verde e Bioeconomia

Promover novos modelos de desenvolvimento baseados no uso sustentável dos recursos naturais. O programa compreenderá:

- Bioeconomia;
- Economia circular;
- Tecnologias limpas;
- Energias renováveis;
- Economia do mar;
- Valorização da biodiversidade;
- Agregação de valor aos recursos naturais.

7. Programa Desenvolvimento Regional Competitivo

Reduzir desigualdades territoriais por meio da diversificação econômica e da valorização das potencialidades regionais. O programa apoiará:

- Planejamento regional;
- Infraestrutura econômica;
- Inovação regional;

- Fortalecimento dos municípios de pequeno e médio porte;
- Apoio às economias locais;
- Integração entre desenvolvimento econômico e planejamento territorial.

8. Programa Turismo Local

Santa Catarina tem a atividade turística como vocação em todas as regiões. No entanto, os investimentos em planejamento, divulgação e suporte para o turismo local são bastante desiguais. O turismo precisa trazer melhorias para as regiões e não causar mais impactos ambientais e sociais.

O programa compreenderá:

- Plano de investimento e incentivos ao turismo, pactuado com os municípios;
- Articulação de Parcerias Público Privadas (PPP) com manutenção e ampliação dos espaços públicos;
- Fortalecimento do turismo sustentável, de base comunitária.

O programa terá como objetivos:

- Valorização do trabalhador rural;
- Geração de emprego e renda;
- Agregação de valor aos produtos agrícolas;
- Divulgação e reconhecimento da cultura das populações quilombolas, indígenas e tradicionais.

9. Programa Complexo Econômico da Saúde

Nosso Estado tem diversas indústrias da cadeia de produção de equipamentos e insumos para a área da saúde, que deve ser estimulado e fortalecido para garantir a autonomia de atendimento das necessidades internas e externas destes materiais. O programa terá como objetivos:

- Implantação, em âmbito estadual, da Estratégia Nacional do Complexo Econômico-Social da Indústria da Saúde;
- Estímulo e apoio à produção, inovação e desenvolvimento de materiais da cadeia de suprimentos da saúde em território catarinense;
- Priorização de compras públicas das micro e pequenas empresas catarinenses para

atendimento das demandas da saúde.

Metas Estratégicas:

- Elaborar de forma participativa e implementar a Estratégia Santa Catarina 2040 para orientar o desenvolvimento econômico de longo prazo.
- Integrar planejamento econômico, inovação, infraestrutura e desenvolvimento regional.
- Fortalecer a capacidade do Estado de coordenar investimentos estratégicos.
- Modernizar a base industrial catarinense por meio da transformação digital e da inovação.
- Ampliar investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com universidades e setor produtivo.
- Incentivar a adoção de tecnologias associadas à Indústria 4,0 e à transição para uma economia de baixo carbono.
- Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais em todas às regiões do Estado.
- Apoiar estratégias econômicas construídas a partir das vocações regionais.
- Reduzir as desigualdades territoriais por meio da diversificação produtiva.
- Expandir o acesso ao crédito, à inovação e aos mercados para micro e pequenas empresas.
- Fortalecer políticas de simplificação administrativa e digitalização dos pequenos negócios.
- Ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas estaduais.
- Fortalecer cooperativas e empreendimentos da economia solidária como instrumentos de geração de renda e desenvolvimento local.
- Expandir programas de assistência técnica, inovação e comercialização.
- Ampliar programas de qualificação profissional alinhados às demandas das economias regionais.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva para jovens, mulheres e trabalhadores em processo de reconversão profissional.
- Integrar educação profissional, inovação e desenvolvimento econômico.
- Expandir a participação das empresas catarinenses em mercados internacionais.

- Atrair investimentos estratégicos para setores intensivos em conhecimento e inovação.
- Fortalecer redes internacionais de cooperação econômica e tecnológica.
- Incentivar investimentos em bioeconomia, economia circular e energias renováveis.
- Fortalecer cadeias produtivas ligadas à economia do mar e aos produtos de maior valor agregado.
- Integrar competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e inovação tecnológica.
- Descentralizar investimentos, fortalecendo a produção cultural regional.
- Apoiar empreendimentos e redes da economia criativa em todas as regiões.
- Ampliar mecanismos de financiamento e capacitação para trabalhadores da cultura.
- Descentralizar os recursos do Fundo Estadual de Turismo para todas as regiões do Estado, especialmente para aquelas mais vulneráveis, para ampliação da geração de emprego e renda local.
- Implantar Plano Turístico Estadual, priorizando o turismo de base comunitária e em conformidade com as potencialidades locais, para o desenvolvimento de atividades turísticas baseadas no tripé ambiental, social e econômico.
- Criar uma agenda turística que reconheça a diversidade cultural, de destinos e de produtos catarinenses, como forma de enfrentar a sazonalidade do setor.
- Elaborar políticas públicas para apoiar as iniciativas da área do turismo rural que reconheçam e promovam a diversidade geográfica, climática e cultural de Santa Catarina.
- Estimular parcerias para o desenvolvimento produtivo da cadeia de insumos de materiais da saúde, vacinas e medicamentos, incluindo transferência de tecnologia.
- Promover linhas de crédito para pesquisa e inovação para medicamentos e materiais que sejam de alta relevância para SUS.
- Reduzir a vulnerabilidade do SUS quanto à falta de medicamentos, vacinas e materiais necessários para o atendimento das unidades de saúde do Estado.

3.4 QUARTA MISSÃO: CIDADES PARA VIVER MELHOR

As cidades concentram a maior parte da população catarinense e representam o principal espaço de realização da vida econômica e social.

Esta missão estabelece uma Política Estadual de Desenvolvimento Urbano capaz

de integrar habitação, mobilidade, saneamento, drenagem, infraestrutura, regularização fundiária, planejamento territorial, desenvolvimento metropolitano e adaptação climática.

O objetivo é construir cidades mais inclusivas, resilientes, acessíveis, sustentáveis e preparadas para enfrentar os desafios do século XXI.

Programas Estruturantes:

1. Programa Desenvolvimento da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano

Instituir uma política permanente de planejamento urbano integrada às estratégias de desenvolvimento regional e adaptação climática. O programa promoverá:

- Elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano;
- Apoio técnico aos municípios na revisão dos Planos Diretores;
- Fortalecimento do planejamento territorial;
- Integração entre políticas urbanas, ambientais, habitacionais e econômicas;
- Produção de informações territoriais para subsidiar o planejamento.

2. Programa Habitação Digna

Ampliar o acesso à moradia adequada, reduzindo o déficit habitacional e promovendo cidades mais inclusivas. O programa compreenderá:

- Criação de órgão estadual responsável pela política habitacional;
- Produção de habitação de interesse social;
- Urbanização de assentamentos precários;
- Regularização fundiária;
- Melhoria habitacional;
- Prevenção da ocupação de áreas de risco;
- Fortalecimento da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS);
- Apoio aos municípios na elaboração de planos locais de habitação.

3. Programa Mobilidade Sustentável

Promover um sistema de mobilidade seguro, acessível, eficiente e ambientalmente sustentável. O programa apoiará:

- Implantação da tarifa zero nos municípios;
- Transporte coletivo regional e metropolitano;

- Corredores estruturantes de transporte;
- Infraestrutura para pedestres;
- Rede cicloviária;
- Acessibilidade universal;
- Sistemas inteligentes de mobilidade;
- Estudos para implantação de sistemas de média e alta capacidade, conforme as características de cada região;
- Implantação de modo aquaviário.

4. Programa Saneamento e Segurança Hídrica

Universalizar o acesso ao saneamento básico e fortalecer a gestão integrada das águas. O programa compreenderá:

- Fortalecimento do Sistema Casan;
- Abastecimento de água;
- Coleta e tratamento de esgoto;
- Drenagem urbana;
- Manejo das águas pluviais;
- Gestão de resíduos sólidos;
- Revisão do plano estadual de Recursos Hídricos;
- Recuperação de bacias hidrográficas;
- Apoio técnico aos municípios para elaboração de planos e projetos.

5. Programa Centros Urbanos Vivos

Promover a requalificação dos centros urbanos, valorizando patrimônio, comércio, habitação e espaços públicos. O programa apoiará:

- Revitalização de áreas centrais;
- Reutilização de imóveis ociosos;
- Incentivo à moradia nos centros urbanos;
- Recuperação do patrimônio histórico;
- Qualificação dos espaços públicos.

6. Programa Desenvolvimento Metropolitano

Fortalecer a governança das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. O programa promoverá:

- Elaboração e implementação cos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs);
- Fortalecimento das instâncias metropolitanas de governança;
- Integração do transporte, habitação, saneamento e uso do solo;
- Apoio técnico aos municípios para gestão compartilhada de funções públicas de interesse comuns.

7. Programa Infraestrutura Verde e Adaptação Climática

Incorporar soluções baseadas na natureza e infraestrutura verde ao planejamento das cidades. O programa compreenderá:

- Parques urbanos;
- Corredores ecológicos;
- Recuperação de rios urbanos;
- Jardins de chuva e jardins de inundação;
- Arborização urbana;
- Ampliação das áreas permeáveis;
- Adaptação das cidades aos eventos climáticos extremos;
- Fortalecimento do sistema estadual de unidades de conservação.

8. Programa Apoio ao Desenvolvimento Municipal

Fortalecer os municípios de menor capacidade técnica para planejar e executar políticas urbanas. O programa promoverá:

- Assistência técnica permanente;
- Elaboração de projetos executivos;
- Capacitação de equipes municipais;
- Apoio à captação de recursos;
- Fortalecimento dos consórcios públicos e associações de municípios.

9. Programa Espaços Públicos para a Vida

Valorizar os espaços públicos como locais de convivência, cultura, esporte e cidadania. O programa apoiará:

- Implantação de parques;
- Implantação de praças;
- Implantação de áreas de lazer;
- Implantação de equipamentos comunitários;
- Acessibilidade universal;
- Ocupação cultural dos espaços públicos;
- Qualificação da paisagem urbana.

Metas Estratégicas:

- Instituir a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.
- Elaborar o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano.
- Apoiar os municípios na atualização dos Planos Diretores e dos instrumentos de planejamento territorial.
- Reduzir progressivamente o déficit habitacional qualitativo e quantitativo.
- Expandir programas de produção habitacional, urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária.
- Ampliar a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) em parceria com municípios, universidades e entidades profissionais.
- Fortalecer sistemas integrados de transporte coletivo nas regiões metropolitanas e principais centros urbanos.
- Expandir a infraestrutura para pedestres e ciclistas.
- Avançar na universalização do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.
- Apoiar os municípios na elaboração de projetos para ampliação da infraestrutura de saneamento.
- Implantar mecanismos permanentes de governança metropolitana.
- Apoiar a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado.

- Integrar políticas de mobilidade, habitação, saneamento e desenvolvimento econômico nas regiões metropolitanas.
- Incorporar soluções baseadas na natureza aos investimentos urbanos.
- Ampliar parques urbanos, áreas verdes e infraestrutura verde.
- Reduzir a ocupação de áreas de risco por meio do planejamento urbano e da política habitacional.
- Fortalecer a capacidade técnica dos municípios para elaborar projetos e captar recursos.
- Implantar programas permanentes de formação em planejamento urbano.
- Ampliar a cooperação técnica entre Estado, municípios, universidades e consórcios públicos.
- Requalificar centros urbanos e áreas públicas estratégicas.
- Ampliar a oferta de parques, praças e equipamentos públicos de convivência.
- Promover cidades mais acessíveis, inclusivas e voltadas às pessoas.
- Revisar e atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos.
- Incentivar a execução e atualização dos Planos de Bacias Hidrográficas.

3.5 QUINTA MISSÃO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CONHECIMENTO PARA TRANSFORMAR SANTA CATARINA

O conhecimento constitui o principal ativo estratégico do desenvolvimento contemporâneo. O governo fortalecerá a educação pública em todos os níveis, valorizando professores, ampliando a permanência estudantil, qualificando a educação profissional e consolidando uma ampla rede de cooperação entre escolas, universidades, institutos federais, centros de pesquisa e setor produtivo.

Ciência, tecnologia e inovação serão tratadas como políticas de desenvolvimento e não apenas como políticas educacionais.

Programas Estruturantes:

1. Programa Educação para o futuro

Promover a melhoria da qualidade da educação básica, assegurando aprendizagem, inclusão, inovação pedagógica e redução das desigualdades educacionais. O programa apoiará:

- Fortalecimento da alfabetização na idade certa;
- Melhoria da aprendizagem em todas as etapas da educação básica;
- Inovação pedagógica;
- Educação integral;
- Combate à evasão escolar;
- Redução das desigualdades regionais de desempenho.

2. Programa Valorização dos Profissionais da Educação

Fortalecer a carreira docente e valorizar os profissionais da educação como condição para a melhoria da qualidade do ensino. O programa compreenderá:

- Realização regular de concurso para professores efetivos, com garantia de cotas para pessoas negras, indígenas, egressas da rede pública de ensino e pessoas com deficiência;
- Valorização salarial e profissional, com fortalecimento do plano de carreira;
- Formação inicial e continuada;
- Atualização pedagógica;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Inovação na gestão escolar;
- Fortalecimento das equipes pedagógicas.

3. Programa Escola Digital e Inovadora

Modernizar a infraestrutura das escolas estaduais e ampliar o uso de tecnologias educacionais. O programa apoiará:

- Conectividade de alta velocidade;
- Equipamentos tecnológicos;
- Recursos digitais de aprendizagem;
- Plataformas educacionais;
- Laboratórios de inovação;
- Formação digital de professores e estudantes.

4. Programa Educação Profissional e Tecnológica

Expandir a educação profissional integrada às estratégias de desenvolvimento

regional. O programa promoverá:

- Ampliação da oferta de cursos técnicos;
- Integração entre Ensino Médio e Educação Profissional;
- Formação voltada aos arranjos produtivos locais;
- Qualificação profissional ao longo da vida;
- Parceria com Institutos Federais, Sistema S, Universidades e setor produtivo.

5. Programa Universidade para o Desenvolvimento Catarinense

Fortalecer o papel das Universidades Públicas e comunitárias como instituições estratégicas para o desenvolvimento do Estado. O programa apoiará:

- Ampliação do acesso ao ensino superior;
- Apoio à UDESC, com autonomia total, inclusive orçamentária;
- Cooperação com as universidades e institutos federais;
- Democratização do acesso às vagas, com adoção de cotas para pessoas negras, indígenas, egressas da rede pública e pessoas com deficiência;
- Interiorização das oportunidades de formação superior.

As universidades serão reconhecidas como parceiras permanentes do planejamento, da inovação e do desenvolvimento regional.

6. Programa Permanência e Inclusão Educacional

Ampliar as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da educação em todos os níveis. O programa compreenderá:

- Transporte escolar;
- Alimentação escolar;
- Apoio à permanência estudantil;
- Acessibilidade;
- Educação inclusiva;
- Políticas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

7. Programa Ciência, Tecnologia e Inovação

Fortalecer o sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação como vetor do desenvolvimento econômico e social. O programa compreenderá:

- Fortalecimento da FAPESC;
- Apoio aos grupos de pesquisa;
- Redes de inovação;
- Parques tecnológicos;
- Incubadoras;
- Internacionalização da pesquisa;
- Transferência de conhecimento para a sociedade.

8. Programa Internacionalização do Conhecimento

Ampliar a inserção internacional das instituições catarinenses de ensino, pesquisa e inovação. O programa promoverá:

- Cooperação científica internacional;
- Mobilidade acadêmica;
- Redes de pesquisa;
- Atração de pesquisadores;
- Participação em projetos internacionais;
- Intercâmbio de estudantes e docentes.

Metas Estratégicas:

- Melhorar os indicadores de aprendizagem em todas as etapas da educação básica.
- Reduzir as desigualdades educacionais entre regiões e redes de ensino.
- Ampliar progressivamente a oferta de educação em tempo integral.
- Expandir programas permanentes de formação continuada.
- Valorizar a carreira docente e fortalecer às equipes pedagógicas.
- Modernizar a gestão escolar com foco na aprendizagem.
- Garantir conectividade de qualidade em todas as escolas estaduais.
- Modernizar laboratórios e ambientes de aprendizagem.
- Ampliar o uso pedagógico das tecnologias digitais.
- Expandir a oferta de educação técnica articulada às demandas regionais.
- Fortalecer a integração entre ensino médio, educação profissional e mercado de trabalho.

- Ampliar parcerias com Institutos Federais, Sistema S e setor produtivo.
- Ampliar oportunidades de acesso e permanência no ensino superior.
- Fortalecer a UDESC e a cooperação com as Universidades e Institutos Federais e o com Sistema ACAFE.
- Expandir programas de bolsas e apoio à permanência estudantil, especialmente para estudantes de baixa renda.
- Ampliar os investimentos estaduais em ciência, tecnologia e inovação.
- Fortalecer a FAPESC como principal agência estadual de fomento à pesquisa.
- Expandir redes de inovação, incubadoras e parques tecnológicos em todas as regiões.
- Integrar universidades e centros de pesquisa às estratégias de desenvolvimento regional.
- Apoiar projetos de pesquisa aplicada voltados aos desafios econômicos, sociais e ambientais de Santa Catarina.
- Fortalecer laboratórios de inovação pública e observatórios territoriais.
- Expandir acordos de cooperação científica internacional.
- Incentivar a mobilidade de pesquisadores, professores e estudantes.
- Inserir Santa Catarina em redes globais de produção de conhecimento e inovação.

3.6 SEXTA MISSÃO: SAÚDE INTEGRAL E QUALIDADE DE VIDA

Garantir acesso universal, regionalizado e humanizado aos serviços públicos de saúde será prioridade permanente.

Defesa de um sistema de saúde que proteja a população catarinense dos riscos e danos à saúde, com oferta de serviços especializados o mais próximo de sua moradia e no momento oportuno, com profissionais qualificados e valorizados, e uma gestão própria dos serviços eficiente e eficaz. O fortalecimento da atenção básica, da regionalização do SUS, da saúde mental, da média e alta complexidade, da inovação tecnológica, da valorização dos profissionais e da prevenção das doenças permitirá ampliar a eficiência do sistema e reduzir desigualdades no acesso aos serviços públicos.

Programas Estruturantes:

1. Programa Fortalecimento do SUS Catarinense

Fortalecer o Sistema Único de Saúde como política pública universal, ampliando

sua capacidade de atendimento, coordenação e resposta às necessidades da população, Excelência na oferta de serviços próprios, nos mecanismos de gestão da saúde e apoio aos municípios. O programa promoverá:

- Fortalecimento da governança regional do SUS;
- Reforma das unidades hospitalares de gestão estadual;
- Apoio operacional e financeiro aos gestores municipais;
- Retorno do aporte aos municípios para que possam ofertar de equipes multiprofissionais;
- Qualificação da atuação da Secretaria de Estado da Saúde com transparência dos dados Recomposição do quadro de funcionários com vínculo permanente e assegurar a qualidade de atuação da SES;
- Parâmetros e mecanismos transparentes de investimentos dos hospitais baseado no potencial e na produção prioridade aos públicos e filantrópicos em Santa Catarina;
- Processo de habilitação de serviços por linhas de cuidado;
- Acesso oportuno aos de forma integrada em todas as regiões: obtenção de todos os medicamentos em um mesmo local, com serviço farmacêutico de orientação para o uso seguro e eficaz, e o acompanhamento farmacoterapêutico, quando necessário;
- Mecanismos de divulgação de informação e comunicação qualificada, de amplo alcance, sobre medidas de promoção e prevenção para todas as regiões de SC.

2. Programa Rede Estadual de Especialidades:

Promover a ampliação do acesso e redução do tempo de espera por cirurgias, exames e consultas com especialistas. O programa promoverá:

- Centros Regionais de Especialidades para consultas, procedimentos ambulatoriais e exames de média complexidade nas 16 regionais de saúde;
- Mecanismos ágeis e eficazes de regulação das filas de espera, especialmente as cirurgias;
- Soluções de telessaúde para agilizar o acesso a exames, consultas, cirurgias, qualificar os encaminhamentos, reduzir filas de espera e evitar deslocamentos desnecessários;
- Comunicação ágil e qualificada do agendamento de consultas e exames via aplicativo em celular;
- Garantia das cirurgias eletivas de maior complexidade, destaque para a cirurgia

bariátrica, com oferta de medicamentos e acompanhamento multiprofissional.

3. Programa Saúde Mental e Bem-Estar

Ampliar e qualificar a Rede de Atenção em Saúde Mental com fortalecimento de políticas de promoção da saúde mental. O programa promoverá:

- Cofinanciamento estadual para implantar e qualificar a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS em todas as 16 regionais de saúde, em parceria com os municípios;
- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do tipo III em todos os municípios acima de 200.000 mil habitantes: atenção 24 horas/dia em todas as Macrorregiões do estado;
- Leitos para internação em hospitais gerais e pediátricos em todos os municípios com pelo menos100 mil habitantes;
- Integração dos serviços de saúde mental à Rede de Atenção Psicossocial, incluindo os leitos localizados nos municípios de menor porte;
- Estratégias de prevenção ao suicídio, em escolas e comunidades em todo o Estado de SC;
- Atenção qualificada às pessoas com transtornos mentais, dependência química e dependentes de jogos de aposta;
- Integração entre saúde, assistência social e educação.

4. Programa Atenção a Transtornos de Neurodesenvolvimento e TEA

Qualificar o atendimento a crianças e adolescentes com transtorno de neurodesenvolvimento e TEA. O programa promoverá:

- Centros Especializados de Reabilitação do TIPO IV (deficiência física, auditiva, visual, intelectual e autismo) em cada macrorregião, integrando a saúde e a educação;
- Ampliação do acesso aos testes para identificação dos problemas e disfunções em tempo oportuno;
- Apoio especializado à distância para as famílias, profissionais das escolas e da atenção básica;
- Incentivo financeiro para o desenvolvimento de pesquisas em tratamento e prevenção.

5. Programa Saúde da Mulher, da Criança e do Idoso:

Qualificar a atenção integral aos diferentes ciclos da vida. O programa

compreenderá:

- Redução da mortalidade materna em Santa Catarina;
- Investigação de 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil em tempo ágil;
- Ambulatórios Especializados em Pré-Natal de Alto Risco em todas as 16 regiões de saúde em SC e sistema de alerta e monitoramento da gestação de alto risco;
- Rede Catarinense de Medicina Fetal e Genética Médica;
- Acesso regional às UTIs neonatais;
- Busca ativa vacinal e nutricional em SC; com sistema de monitoramento estadual das crianças de O a 1 ano em áreas de extrema vulnerabilidade periférica e rural;
- Programa Estadual de Cuidado Integrado à Saúde do Idoso: incentivo a Promoção do Envelhecimento Ativo e Estratégias de Prevenção de Quedas;
- Universidade Aberta da Terceira Idade: formação e certificação de cuidadores de idosos e cursos de apoio e orientação às famílias no cuidado domiciliar de idosos;
- Incentivo financeiro para adesão dos municípios ao Programa Melhor em Casa;
- Oferta de tratamento medicamentoso na abordagem à obesidade, diabetes, síndromes metabólicas e transtornos decorrentes.

6. Programa Controle das Doenças Transmissíveis

Fortalecer ações de redução das infecções sexualmente transmissíveis, hepatites virais e tuberculose. O programa apoiará:

- Programa Santa Catarina Livre da Sífilis: ampliação da testagem rápida; tratamento oportuno do paciente e parceiros; fortalecimento do pré-natal; campanhas permanentes de educação sexual; apoio financeiro e técnico aos municípios para aquisição de insumos e qualificação das equipes;
- Fortalecimento da resposta ao HIV: diagnóstico, acompanhamento clínico e renovação de receitas próximos do domicílio; suporte especializado à distância; ampliação da distribuição de autotestes e estratégias extramuros de diagnóstico; expansão da oferta de PrEP e acesso oportuno à PEP; implantação de TelePrEP e TelePrEP para triagem, seguimento e renovação de exames; início do tratamento antirretroviral no menor tempo possível após diagnóstico; fortalecimento das metas internacionais da UNAIDS de diagnóstico precoce, tratamento e supressão viral;
- Ampliação do diagnóstico precoce e vinculação rápida ao tratamento de DT;

- Apoio estadual ao controle da tuberculose.

7. Programa Atenção às Mulheres Vítimas de Violência

Intensificar e ampliar serviços e ações intersetoriais de prevenção e identificação precoce de mulheres vítimas de violência. O programa apoiará:

- Identificação precoce dos sinais pelos profissionais das Unidades Básicas de Saúde Encaminhamento oportuno dos casos para o cuidado de equipes de especialistas como psicólogos, assistentes sociais e suporte jurídico;
- Mecanismos ágeis de denúncia e atendimento jurídico e de saúde ágeis: serviços de denúncia e atendimento jurídico e de saúde (psicólogos e médicos) para mulheres vítimas de violência (presencial e a distância) operando nos finais de semana em todas as regiões;
- Educação nas escolas: integração entre saúde, educação e segurança.

8. Programa Atenção à Saúde do Trabalhador

Valorizar o trabalhador do SUS e qualificar a saúde dos trabalhadores. O programa compreenderá:

- Reestruturação da Rede de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador com o apoio da gestão federal;
- Atendimento especializado e integrado ao trabalhador lesionado;
- Ações de capacitação permanente aos servidores de saúde do SUS, para diagnóstico precoce, manejo e encaminhamento dos casos e lesões relacionados ao trabalho;
- Comitê estadual de combate aos acidentes graves e fatais;
- Implantação de uma política de saúde mental no trabalho e combate ao assédio moral no trabalho;
- Política de Valorização dos trabalhadores do SUS: capacitação continuada dos trabalhadores vinculados ao SUS; apoio para uma carreira interprofissional no SUS.

9. Programa Segurança Alimentar e Nutricional

Defender uma política estadual para redução e combate ao uso de agrotóxicos e demais defensivos agrícolas em Santa Catarina. O programa articulará ações:

- Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Estadual, SISAN;

- Política estadual de acesso à alimentação e de combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional, em parceria com o governo federal;
- Criação da Rede Estadual de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, EGSAN, garantia de acesso a alimentação adequada para toda a população catarinense, principalmente a população vulnerabilizada;
- Implantação do Programa Estadual de Redução de Agrotóxicos (PROERA): assegurado pela Lei Estadual nº 18.391, em 07/06/2022, ainda não implementada.

10. Programa Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS) e Cannabis Medicinal

Assegurar acesso oportuno às PICS e cannabis medicinal. O programa apoiará:

- Capacitação de profissionais para o desenvolvimento das PICS e uso correto de canabinoides;
- Adesão dos municípios à implementação de PICs e uso correto de da cannabis medicinal;
- Mecanismos ágeis e eficazes de avaliação de pedidos de acesso aos medicamentos prescritos.

11. Programa Inovação Tecnológica na Saúde

Fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde (CEIS) e da inovação em saúde, promovendo soluções capazes de reduzir desigualdades regionais, aumentar a eficiência da gestão e estimular o desenvolvimento econômico do Estado. O programa incentivará:

- Ações articuladas com instituições de pesquisa e setor produtivo para desenvolver e incorporar tecnologias voltadas às necessidades do SUS catarinense;
- Fomento ao desenvolvimento e ampliação da Saúde Digital e Inteligência Artificial;
- Desenvolvimento de tecnologias para diagnóstico laboratorial descentralizado, assistência farmacêutica, tecnologias assistivas, acompanhamento de pessoas com doenças crônicas, gestantes de alto risco, pacientes em reabilitação e saúde mental, priorizando soluções que reduzam as desigualdades regionais e fortaleçam a Atenção Primária e a Atenção Especializada.

Metas Estratégicas:

- Consolidar a regionalização da saúde como instrumento de organização da rede de serviços.
- Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios na gestão do SUS.
- Integrar planejamento, financiamento e avaliação das políticas estaduais de saúde.
- Expandir e qualificar a cobertura da Estratégia Saúde da Família.
- Ampliar as equipes multiprofissionais de atenção primária.
- Fortalecer ações de promoção da saúde e prevenção de doenças em todos os municípios.
- Reduzir o tempo de espera para consultas, exames e cirurgias eletivas.
- Fortalecer a rede regional de especialidades e alta complexidade.
- Modernizar hospitais estaduais e apoiar a qualificação dos hospitais regionais e filantrópicos.
- Expandir a Rede de Atenção Psicossocial em todas as regiões do Estado.
- Fortalecer políticas de prevenção ao suicídio e atenção à saúde mental de crianças, adolescentes e idosos.
- Integrar saúde mental, assistência social e educação nos territórios mais vulneráveis,
- Implantar o prontuário eletrônico integrado na rede estadual.
- Fortalecer a pesquisa e a inovação tecnológica em parceria com universidades e centros de excelência.
- Fortalecer a capacidade de resposta a epidemias, pandemias e eventos climáticos com impacto na saúde pública.
- Ampliar a cobertura vacinal e os sistemas de monitoramento epidemiológico.
- Integrar vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador.
- Expandir programas de formação continuada e educação permanente.
- Implantar políticas de atração e fixação de profissionais nas regiões com maior escassez.
- Melhorar as condições de trabalho e infraestrutura das unidades estaduais de saúde,
- Ampliar programas de alimentação saudável, atividade física e saúde nas escolas.
- Implementar a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra (PESIPN).
- Fortalecer a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em âmbito estadual.

3.7 SÉTIMA MISSÃO: SEGURANÇA PÚBLICA E CULTURA DA PAZ

A segurança pública será tratada de forma integrada, articulando inteligência, prevenção, valorização profissional, tecnologia e participação comunitária.

O enfrentamento da violência exige políticas públicas capazes de reduzir desigualdades, ampliar oportunidades para a juventude e fortalecer a presença do Estado nos territórios mais vulneráveis. Construir uma cultura de paz constitui parte essencial de uma sociedade democrática.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina Segura

Fortalecer o Sistema Estadual de Segurança Pública por meio da integração entre prevenção, inteligência, investigação, policiamento e participação social. O programa promoverá:

- Aumento do efetivo policial;
- Integração das forças policiais Estadual e Federal e das Receitas Federal e Estadual no combate ao crime organizado;
- Integração operacional entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Penal;
- Fortalecimento da inteligência policial;
- Modernização tecnológica;
- Compartilhamento de informações;
- Atuação integrada com o sistema de justiça e os municípios;
- Planejamento territorial da segurança pública;
- Reorganização da estrutura de cargos da segurança pública por meio de concurso público.

2. Programa Prevenção da Violência e Cultura da Paz

Implementar uma política estadual de prevenção da violência, articulando educação, cultura, esporte, assistência social, saúde e segurança pública. O programa apoiará:

- Programas voltados à infância e juventude;
- Prevenção da violência escolar;
- Mediação comunitária de conflitos;
- Fortalecimento das redes de proteção social;
- Projetos culturais e esportivos em territórios vulneráveis;
- Campanhas permanentes de promoção da cultura de paz.

A prevenção será incorporada como eixo estruturante da política estadual de segurança.

3. Programa Polícia Cidadã

Fortalecer o policiamento orientado para a proteção da população e a aproximação com as comunidades. O programa compreenderá:

- Ampliação do policiamento comunitário;
- Formação continuada em direitos humanos;
- Prevenção à violência doméstica;
- Mediação de conflitos;
- Policiamento escolar;
- Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs).

4. Programa Inteligência e Investigação

Ampliar a capacidade de investigação qualificada e enfrentamento ao crime organizado. O programa apoiará:

- Inteligência policial;
- Integração de bancos de dados;
- Combate às organizações criminosas;
- Enfrentamento aos crimes cibernéticos;
- Combate à lavagem de dinheiro;
- Fortalecimento da perícia criminal;
- Modernização da investigação científica.

5. Programa Valorização dos Profissionais da Segurança Pública

Valorizar os servidores da segurança pública por meio de políticas permanentes de

formação, saúde e desenvolvimento profissional. O programa compreenderá:

- Formação continuada;
- Qualificação tecnológica;
- Atenção à saúde física e mental;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Modelização de equipamentos;
- Fortalecimento das carreiras.

6. Programa Defesa Civil e Proteção Comunitária

Fortalecer a integração entre segurança pública, defesa civil e gestão de riscos. O programa promoverá:

- Ampliação da capacidade de resposta a emergências;
- Integração entre Corpo de Bombeiros Militar, Defesa Civil e municípios;
- Prevenção de acidentes;
- Educação comunitária para redução de riscos;
- Fortalecimento da atuação preventiva.

7. Programa Segurança nas Cidades

Integrar políticas urbanas à prevenção da violência. O programa apoiará:

- Qualificação dos espaços públicos;
- Iluminação pública eficiente;
- Requalificação de áreas degradadas;
- Ocupação dos espaços públicos por atividades culturais e esportivas;
- Mobilidade segura;
- Desenho urbano orientado à prevenção da violência.

As políticas de segurança serão articuladas ao planejamento urbano e ao desenvolvimento territorial.

8. Programa Tecnologia para Segurança Pública

Modernizar a infraestrutura tecnológica das instituições de segurança. O programa desenvolverá:

- Centros integrados de monitoramento;

- Videomonitoramento de área públicas;
- Retorno do uso de câmeras corporais nas operações policiais;
- Inteligência artificial aplicada à segurança;
- Comunicação integrada;
- Sistemas georreferenciados;
- Análise dedados para prevenção criminal.

9. Programa Sistema Prisional, Reinserção Social e Alternativas Penais

Modernizar o sistema prisional catarinense, ampliando sua capacidade, qualificando a gestão das unidades e fortalecendo políticas de educação, trabalho e reinserção social, de forma articulada com estratégias de redução da reincidência criminal. O programa compreenderá:

- Ampliação e modernização da infraestrutura prisional, priorizando regiões com maior déficit de vagas;
- Melhoria das condições de segurança, gestão e humanização das unidades prisionais; fortalecimento da Polícia Penal;
- Ampliação da oferta de educação formal, qualificação profissional e trabalho para pessoas privadas de liberdade;
- Expansão de programas de reinserção social para egressos do sistema prisional; fortalecimento das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica para crimes de menor potencial ofensivo, nos termos da legislação;
- Ampliação das parcerias com empresas, cooperativas, Sistema S e instituições de ensino para geração de oportunidades de trabalho e formação profissional;
- Implantação de um sistema permanente de acompanhamento dos indicadores de reincidência e ressocialização.

Metas Estratégicas:

- Consolidar o Sistema Estadual Integrado de Segurança Pública.
- Ampliar a integração operacional entre as instituições policiais, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar.
- Implantar programas permanentes de prevenção da violência em parceria com municípios.

- Expandir ações voltadas à proteção de crianças, adolescentes e jovens em territórios mais vulneráveis.
- Fortalecer políticas de mediação de conflitos e promoção da cultura de paz.
- Expandir o policiamento comunitário em todas as regiões do Estado.
- Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança.
- Ampliar a formação em direitos humanos, mediação de conflitos e atendimento às populações vulneráveis.
- Modernizar os sistemas estaduais de inteligência policial.
- Fortalecer a capacidade de investigação dos crimes organizados, ambientais, patrimoniais e cibernéticos.
- Expandir a utilização de tecnologias de análise de dados e perícia científica.
- Ampliar programas de formação continuada para os profissionais da segurança pública.
- Fortalecer políticas de saúde física e mental dos servidores.
- Modernizar equipamentos e infraestrutura das instituições de segurança.
- Integrar planejamento urbano e políticas de prevenção da violência nas cidades.
- Apoiar municípios na qualificação de espaços públicos e na melhoria da iluminação urbana.
- Promover ações integradas de segurança, cultura, esporte e assistência social em áreas de maior vulnerabilidade.
- Expandir programas de educação, qualificação profissional e reinserção social de pessoas privadas de liberdade e egressas.
- Fortalecer práticas de justiça restaurativa e alternativas penais.
- Reduzir a reincidência criminal por meio de políticas integradas de inclusão social.
- Implantar um sistema estadual de indicadores e monitoramento da segurança pública.
- Reduzir progressivamente o déficit de vagas no sistema prisional por meio da ampliação, modernização e melhor distribuição territorial das unidades.
- Universalizar o acesso à educação e ampliar a oferta de qualificação profissional e trabalho para a população privada de liberdade.

3.8 OITAVA MISSÃO: DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA, PESCA E SEGURANÇA ALIMENTAR

O campo continuará desempenhando papel estratégico para a economia catarinense.

O governo fortalecerá à agricultura familiar, a agroecologia, o cooperativismo, a pesca artesanal, a maricultura, a agroindústria, a assistência técnica, a pesquisa agropecuária e os sistemas alimentares sustentáveis.

Desenvolvimento rural significa produzir riqueza preservando o meio ambiente e garantindo qualidade de vida às populações do campo.

Programas Estruturantes:

1. Programa Desenvolvimento Rural Sustentável

Implementar uma política estadual de desenvolvimento rural baseada na diversificação produtiva, inovação, sustentabilidade e fortalecimento das economias locais.

O programa integrará agricultura, pecuária, pesca, maricultura, piscicultura, cooperativismo, agroindústria, infraestrutura rural, assistência técnica e desenvolvimento territorial.

As ações serão planejadas considerando as diferentes características produtivas e ambientais das regiões catarinenses.

2. Programa Agricultura Familiar Forte

Fortalecer a agricultura familiar como eixo estratégico do desenvolvimento econômico, da segurança alimentar e da permanência das famílias no campo. O programa apoiará:

- Ampliação da assistência técnica e extensão rural;
- Acesso ao crédito e ao seguro rural;
- Sucessão rural e permanência da juventude no campo;
- Diversificação produtiva;
- Mecanização apropriada;
- Inovação tecnológica;
- Agroindustrialização;
- Organização cooperativa.

A agricultura familiar será tratada como política de desenvolvimento, geração de renda e abastecimento alimentar.

3. Programa Cooperativismo e Agroindústria Regional

Fortalecer cooperativas, associações e agroindústrias familiares como instrumentos de agregação de valor à produção rural. O programa promoverá:

- Apoio à industrialização da produção;
- Certificação de produtos;
- Adequação sanitária;
- Inovação tecnológica;
- Comercialização;
- Exportação;
- Fortalecimento das cadeias produtivas regionais.

4. Programa Pesca, Piscicultura e Maricultura Sustentáveis

Consolidar Santa Catarina como referência nacional em pesca, piscicultura e maricultura sustentáveis. O programa compreenderá:

- Fortalecimento da pesca artesanal;
- Modernização da infraestrutura pesqueira;
- Apoio à maricultura;
- Apoio à piscicultura;
- Qualificação técnica dos produtores;
- Monitoramento da qualidade ambiental das áreas de cultivo;
- Agregação de valor aos produtos;
- Pesquisa e inovação;
- Rastreabilidade da produção;
- Ampliação do acesso aos mercados.

Será estimulada à integração entre universidades, EPAGRI, instituições de pesquisa e setor produtivo para ampliar a competitividade da economia do setor.

5. Programa Segurança Alimentar e Abastecimento

Fortalecer sistemas alimentares sustentáveis, garantindo produção, distribuição e

acesso a alimentos saudáveis. O programa apoiará:

- Compras públicas da agricultura familiar;
- Circuitos curtos de comercialização;
- Feiras da agricultura familiar;
- Bancos de alimentos;
- Combate ao desperdício;
- Alimentação escolar;
- Cozinhas comunitárias e restaurantes populares;
- Produção de alimentos saudáveis.

6. Programa Agroecologia e Produção Sustentável

Estimular sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis. O programa promoverá:

- Agroecologia;
- Produção orgânica;
- Conservação dos solos;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Manejo sustentável da água;
- Redução do uso de insumos de alto impacto ambiental;
- Pesquisa aplicada.

7. Programa Infraestrutura para o Campo

Melhorar as condições de produção e qualidade de vida nas áreas rurais. O programa apoiará:

- Implantação e melhoria de estradas rurais;
- Energia elétrica;
- Conectividade digital;
- Abastecimento de água;
- Saneamento rural;
- Armazenagem;
- Logística da produção.

8. Programa Inovação e Pesquisa Agropecuária

Fortalecer a pesquisa e a inovação como instrumentos de aumento da produtividade e adaptação às mudanças climáticas. O programa desenvolverá ações em parceria com EPAGRI, CIDASC, universidades, institutos federais e cooperativas para:

- Pesquisa agropecuária;
- Agricultura de precisão;
- Digitalização do campo;
- Biotecnologia;
- Adaptação climática;
- Melhoramento genético;
- Difusão tecnológica.

Metas Estratégicas:

- Implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- Fortalecer o planejamento territorial das cadeias produtivas rurais.
- Reduzir desigualdades entre as regiões rurais do Estado.
- Ampliar a cobertura da assistência técnica e extensão rural.
- Expandir o acesso da agricultura familiar ao crédito, ao seguro rural e às compras públicas.
- Incentivar a permanência da juventude no campo por meio de políticas integradas de renda, inovação e educação.
- Fortalecer cooperativas e associações rurais em todas as regiões do Estado.
- Ampliar a agregação de valor à produção agropecuária por meio da agroindustrialização.
- Expandir programas de certificação, inovação e acesso a mercados.
- Modernizar a infraestrutura de apoio à pesca artesanal, à piscicultura e à maricultura.
- Fortalecer a pesquisa, a assistência técnica e o monitoramento ambiental das áreas de cultivo.
- Ampliar a competitividade da cadeia produtiva da maricultura catarinense, incorporando inovação e agregação de valor.
- Ampliar a participação da agricultura familiar nas compras governamentais.

- Fortalecer sistemas locais de abastecimento alimentar.
- Reduzir perdas e desperdícios ao longo das cadeias de produção e distribuição.
- Expandir práticas de agroecologia, conservação do solo e uso eficiente da água.
- Incentivar sistemas produtivos adaptados às mudanças climáticas.
- Recuperar áreas ambientalmente degradadas em parceria com os produtores rurais.
- Ampliar investimentos em infraestrutura logística, conectividade e abastecimento no meio rural.
- Melhorar as condições de transporte da produção e acesso aos serviços públicos.
- Fortalecer a integração entre pesquisa, assistência técnica e produção.
- Expandir a adoção de tecnologias digitais e agricultura de precisão.
- Consolidar redes estaduais de inovação voltadas ao desenvolvimento rural.
- Implementar uma estratégia estadual para o desenvolvimento da economia do mar.
- Fortalecer a cadeia da maricultura, da piscicultura, da pesca artesanal e das novas atividades ligadas à bioeconomia marinha.
- Integrar conservação ambiental, inovação e desenvolvimento econômico da zona costeira.

3.9 NONA MISSÃO: JUSTIÇA CLIMÁTICA E PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

A emergência climática representa um dos maiores desafios para Santa Catarina.

Esta missão integra adaptação climática, prevenção de desastres, recuperação ambiental, infraestrutura resiliente, transição energética, gestão das águas, proteção da biodiversidade e planejamento territorial.

O Estado deixará de atuar apenas após os desastres e passará a investir permanentemente na redução de riscos e na construção de territórios mais resilientes.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina Resiliente

Instituir a Política Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas como eixo permanente do planejamento e dos investimentos públicos.

O programa integrará adaptação climática, planejamento territorial, defesa civil, infraestrutura, habitação, agricultura, recursos hídricos e desenvolvimento regional.

As prioridades serão definidas com base em mapas de risco, vulnerabilidade climática e capacidade de adaptação dos territórios.

2. Programa Municípios Resilientes

Apoiar tecnicamente os municípios na incorporação da adaptação climática aos instrumentos de planejamento territorial. O programa apoiará:

- Revisão dos Planos Diretores;
- Elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos;
- Mapeamento de áreas suscetíveis a inundações, deslizamentos e erosão;
- Capacitação das equipes municipais;
- Elaboração de projetos executivos para captação de recursos.

As ações serão desenvolvidas em parceria com a União, universidades, institutos federais, consórcios públicos e órgãos estaduais.

3. Programa Infraestrutura Verde e Soluções Baseadas na Natureza

Promover investimentos em infraestrutura natural como estratégia permanente de adaptação climática. O programa compreenderá:

- Parques lineares;
- Recuperação de rios urbanos;
- Proteção e recuperação de nascentes;
- Restauração de matas ciliares;
- Jardins de chuva;
- Reservatórios de amortecimento;
- Corredores ecológicos;
- Arborização urbana;
- Ampliação das áreas verdes.

As soluções baseadas na natureza serão priorizadas sempre que apresentarem maior eficiência ambiental, econômica e social.

4. Programa Defesa Civil Preventiva

Transformar a prevenção em eixo central da política estadual de proteção e defesa civil. O programa compreenderá:

- Monitoramento permanente dos riscos;
- Sistemas de alerta precoce;
- Ampliação da capacidade de resposta dos municípios;
- Integração entre Defesa Civil, planejamento urbano e gestão ambiental;
- Formação continuada das equipes locais;
- Fortalecimento dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil.

5. Programa Transição Energética e Economia de Baixo Carbono

Apoiar a modernização da economia catarinense por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa. O programa estimulará:

- Adaptação arquitetônica dos edifícios públicos para melhor eficiência energética;
- Energias renováveis;
- Hidrogênio verde;
- Eletrificação da mobilidade;
- Eficiência energética;
- Economia circular;
- Bioeconomia;
- Produção limpa;
- Inovação tecnológica aplicada à transição energética.

6. Programa Agricultura Resiliente

Fortalecer a adaptação da agricultura catarinense às mudanças climáticas. O programa apoiará:

- Manejo sustentável do solo;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Irrigação eficiente;
- Diversificação produtiva;
- Agroecologia;
- Pesquisa agropecuária;
- Assistência técnica voltada à adaptação climática.

As ações serão desenvolvidas em parceria com a EPAGRI, cooperativas e organizações de produtores.

7. Programa Litoral Vivo

Implementar uma política integrada de adaptação climática para a zona costeira catarinense. O programa promoverá:

- Fortalecimento e reestruturação do Gerenciamento Costeiro;
- Proteção das praias, dunas, restingas e manguezais;
- Gestão integrada da orla;
- Monitoramento da erosão costeira;
- Adaptação das cidades litorâneas à elevação do nível do mar;
- Fortalecimento da economia do mar;
- Proteção da biodiversidade marinha.

Essa política será integrada às estratégias estaduais de turismo, pesca, maricultura e desenvolvimento regional.

8. Programa Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

Ampliar a conservação da biodiversidade como elemento essencial da qualidade de vida e da resiliência climática. O programa apoiará:

- Criação e fortalecimento de unidades de conservação;
- Recuperação de ecossistemas;
- Proteção da fauna e da flora;
- Pagamento por serviços ambientais;
- Restauração florestal;
- Corredores ecológicos;
- Conservação da Mata Atlântica.

Metas Estratégicas:

- Instituir a Política Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas.
- Incorporar critérios de adaptação climática ao planejamento e aos investimentos estaduais.
- Apoiar os municípios na revisão de seus instrumentos de planejamento territorial com foco na redução de riscos.
- Ampliar a cobertura dos sistemas de monitoramento e alerta precoce.

- Fortalecer a capacidade técnica dos municípios para prevenção e resposta à desastres.
- Reduzir progressivamente a população exposta a áreas de alto risco por meio de ações integradas de planejamento urbano, habitação e infraestrutura.
- Fortalecer os Comitês de Bacia Hidrográfica e a gestão participativa das águas.
- Recuperar áreas estratégicas de proteção de mananciais e nascentes.
- Ampliar a segurança hídrica para abastecimento humano e atividades produtivas.
- Implantar projetos de infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza em parceria com os municípios.
- Ampliar áreas verdes urbanas e corredores ecológicos.
- Recuperar rios urbanos e áreas ambientalmente degradadas.
- Incentivar investimentos em energias renováveis e eficiência energética.
- Apoiar a eletrificação do transporte público e das frotas governamentais.
- Consolidar cadeias produtivas associadas à economia de baixo carbono.
- Ampliar programas de adaptação climática para a agricultura familiar e empresarial.
- Expandir práticas de conservação do solo, recuperação de áreas degradadas e uso eficiente da água.
- Fortalecer a pesquisa e a assistência técnica voltadas à resiliência climática.
- Implementar uma estratégia estadual de adaptação para a zona costeira.
- Fortalecer a proteção dos ecossistemas costeiros e da Mata Atlântica.
- Ampliar programas de conservação da biodiversidade e de pagamento por serviços ambientais.
- Integrar informações produzidas por universidades, centros de pesquisa e órgãos estaduais.

3.10 DÉCIMA MISSÃO: DIREITOS, IGUALDADE E INCLUSÃO

O desenvolvimento somente será completo quando todas as pessoas tiverem assegurado o pleno exercício de seus direitos e igualdade de oportunidades para participar da vida econômica, social, política e comunitária.

Santa Catarina é marcada por grande diversidade cultural, étnica e social. O Estado deve atuar para eliminar todas as formas de discriminação, ampliar o acesso às políticas públicas e garantir proteção às populações historicamente vulnerabilizadas.

Esta missão reúne as políticas estaduais de direitos humanos, igualdade racial, equidade de gênero, diversidade, juventude, envelhecimento ativo, acessibilidade, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, proteção animal e inclusão social.

O fortalecimento dos direitos constitui condição essencial para a construção de uma sociedade democrática, solidária e comprometida com a justiça social

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina dos Direitos

Consolidar uma política estadual de promoção e proteção dos direitos humanos como eixo transversal da ação governamental. O programa promoverá:

- Fortalecimento do Sistema Estadual de Direitos Humanos;
- Implementação dos planos estaduais de promoção de direitos;
- Apoio aos Conselhos Estaduais de Direitos;
- Fortalecimento dos mecanismos de prevenção e enfrentamento às violações de direitos;
- Produção de informações e indicadores sobre direitos humanos;
- Formação permanente de servidores públicos.

As políticas de direitos humanos orientarão a atuação integrada das diferentes áreas do governo.

2. Programa Igualdade e Diversidade

Promover políticas públicas voltadas à superação das desigualdades e da discriminação. O programa apoiará ações de promoção da igualdade racial, equidade de gênero, respeito à diversidade sexual e de identidade de gênero, inclusão das pessoas com deficiência, valorização da população idosa, proteção das crianças e adolescentes e fortalecimento das políticas para a juventude.

As ações serão desenvolvidas de forma integrada com educação, saúde, assistência social, segurança pública e cultura.

3. Programa Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Reconhecer e fortalecer os direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das demais comunidades tradicionais catarinenses. O programa apoiará:

- Implementação do Política Nacional de atenção à Saúde dos povos Indígenas, com garantia de infraestrutura nos territórios;
- Acesso às políticas públicas;
- Proteção dos territórios tradicionais;
- Valorização das culturas tradicionais;
- Educação intercultural;
- Segurança alimentar;
- Fortalecimento das atividades produtivas sustentáveis;
- Apoio técnico às comunidades.

4. Programa Juventude e Novas Oportunidades

Fortalecer políticas voltadas à juventude, ampliando oportunidades de educação, trabalho, cultura, esporte, inovação e participação política. As ações priorizarão:

- Permanência estudantil;
- Qualificação profissional;
- Primeiro emprego;
- Empreendedorismo jovem;
- Inclusão digital;
- Participação cidadã.

5. Programa Envelhecimento Ativo

Preparar Santa Catarina para a transição demográfica, promovendo autonomia, participação social e qualidade de vida da população idosa. O programa compreenderá:

- Políticas de cuidado;
- Acessibilidade;
- Envelhecimento saudável;
- Combate à violência contra a pessoa idosa;
- Incentivo à participação comunitária;

- Apoio aos municípios na implantação de serviços especializados.

6. Programa Acessibilidade Universal

Promover a inclusão plena das pessoas com deficiência em todas as políticas públicas estaduais. As ações incluirão:

- Adesão ao plano nacional das pessoas com deficiência;
- Acessibilidade física;
- Acessibilidade comunicacional;
- Tecnologia assistiva;
- Educação inclusiva;
- Inclusão no mercado de trabalho;
- Qualificação dos serviços públicos;
- Desenho universal nos investimentos estaduais.

7. Programa Territórios da Cidadania

Promover ações integradas de inclusão social nos territórios mais vulneráveis. O programa articulará investimentos em:

- Equipamentos públicos;
- Cultura;
- Esporte;
- Assistência social;
- Qualificação profissional;
- Economia solidária e criativa;
- Segurança cidadã;
- Revitalização de espaços públicos.

A prioridade será dada aos bairros periféricos urbanos, comunidades rurais vulneráveis e territórios com menores indicadores de desenvolvimento humano.

8. Programa Bem-Estar Animal e Guarda Responsável

Implementar uma Política Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal, promovendo ações integradas de saúde pública, educação, proteção da fauna doméstica e silvestre e apoio aos municípios. O programa compreenderá:

- Criação da Secretaria de Estado de Bem-estar Animal apoio aos municípios na elaboração e implementação de políticas de proteção e bem-estar animal;
- Ampliação dos programas permanentes de castração, identificação eletrônica (microchipagem) e registro de cães e gatos;
- Fortalecimento das campanhas de adoção responsável e guarda responsável;
- Apoio às organizações da sociedade civil e protetores independentes que atuam no resgate e cuidado de animais abandonados;
- Implantação de programas estaduais de atendimento veterinário básico para populações em situação de vulnerabilidade social, em parceria com municípios e universidades; fortalecimento da fiscalização e das ações de prevenção e combate aos maus-tratos contra animais, em articulação com os órgãos de segurança pública e ambientais;
- Promoção da educação para o respeito aos animais nas escolas e em campanhas públicas de conscientização;
- Proteção da fauna silvestre em parceria com os órgãos ambientais, centros de reabilitação e instituições de pesquisa;
- Incentivo à pesquisa, inovação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal.

Metas Estratégicas:

- Fortalecer o Sistema Estadual de Direitos Humanos e apoiar a implementação dos planos estaduais de promoção de direitos.
- Criar o Conselho Estadual das Pessoas LGBTQIA+ e aderir à Política Nacional das Pessoas LGBTQIA+.
- Erradicar os crimes de racismo e ódio no Estado.
- Ampliar os mecanismos de prevenção e enfrentamento às violações de direitos humanos.
- Implantar um sistema estadual de indicadores de direitos humanos para subsidiar a formulação e avaliação das políticas públicas.
- Reduzir desigualdades de acesso às políticas públicas entre diferentes grupos sociais.
- Fortalecer políticas de promoção da igualdade racial, de gênero e de respeito à diversidade.

- Ampliar a participação de grupos historicamente excluídos nos espaços de decisão e controle social.
- Ampliar o acesso das comunidades tradicionais aos serviços públicos estaduais.
- Criar um órgão estadual de promoção de políticas públicas para a população LGBTQIA+, aos moldes da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.
- Apoiar ações de proteção dos direitos territoriais e culturais em articulação com os órgãos competentes.
- Expandir programas de formação, primeiro emprego e empreendedorismo para jovens.
- Ampliar espaços de participação da juventude na formulação das políticas públicas.
- Integrar políticas de educação, cultura, esporte e inovação voltadas às juventudes.
- Apoiar os municípios na ampliação da rede de atendimento à população idosa.
- Promover ações de prevenção da violência e de estímulo à autonomia e à convivência comunitária.
- Incorporar o envelhecimento populacional ao planejamento das políticas estaduais.
- Garantir critérios de acessibilidade universal nos investimentos públicos estaduais.
- Ampliar a oferta de tecnologias assistivas e serviços de apoio às pessoas com deficiência.
- Fortalecer políticas de inclusão educacional e laboral.
- Aderir ao plano nacional das pessoas com deficiência.
- Instituir a Política Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal, apoiando os municípios na estruturação de programas permanentes de castração, microchipagem, atendimento veterinário, adoção responsável e combate aos maus-tratos, fortalecendo a integração entre saúde pública, meio ambiente, educação e direitos dos animais.

3.11 DÉCIMA PRIMEIRA MISSÃO: CULTURA, ESPORTE E ECONOMIA CRIATIVA

A cultura constitui patrimônio coletivo, expressão da diversidade catarinense e elemento fundamental para o desenvolvimento humano, a identidade regional e a democracia. Ao lado do esporte e do lazer, representa um direito de cidadania e um importante vetor de desenvolvimento econômico, geração de emprego, inovação e fortalecimento dos territórios.

Nosso governo fortalecerá o Sistema Estadual de Cultura, ampliará o acesso da

população às atividades culturais e esportivas e consolidará a economia criativa como uma das estratégias de desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Programas Estruturantes:

1. Programa Cultura Viva Catarinense

Fortalecer a cultura como direito de cidadania, patrimônio coletivo e vetor de desenvolvimento social e econômico. O programa compreenderá:

- Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura;
- Criação de carreira específica, com formação adequada para a área de gestão de cultura do Estado e realização de concurso público regular para atender as demandas do setor;
- Valorização da produção artística catarinense;
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura;
- Preservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico;
- Modernização de bibliotecas, museus, arquivos e centros culturais;
- Incentivo à circulação artística;
- Descentralização dos investimentos culturais;
- Adequação do financiamento público da cultura à reforma tributária;
- Atualização dos valores financeiros dos editais de fomento;
- Aplicação de políticas afirmativas nos editais de fomento;
- Garantia de orçamento público do Estado para a Cultura;
- Fortalecimento dos Pontos de Cultura e das iniciativas comunitárias.

A cultura será reconhecida como elemento de identidade, inclusão social, geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Vamos iniciar um novo tempo para a cultura catarinense, pautado no diálogo, respeito e diversidade.

Serão fortalecidos mecanismos de financiamento, formação profissional e apoio ao empreendedorismo cultural.

2. Programa Economia Criativa Catarinense

Fortalecer os setores criativos como estratégia de desenvolvimento econômico, inovação e geração de emprego. O programa apoiará:

- Audiovisual;
- Música;

- Artes cênicas;
- Literatura;
- Design;
- Arquitetura;
- Moda;
- Gastronomia;
- Artesanato;
- Jogos digitais;
- Patrimônio cultural;
- Economia do patrimônio;
- Empreendedorismo cultural.

3. Programa Patrimônio Cultural Catarinense

Fortalecer a preservação, valorização e utilização social do patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico e imaterial. O programa apoiará:

- Restauração do patrimônio;
- Inventários culturais;
- Educação patrimonial;
- Preservação da memória catarinense;
- Digitalização de acervos;
- Fortalecimento dos museus.

4. Programa Esporte para Todos

Ampliar o acesso ao esporte e ao lazer como direitos fundamentais e instrumentos de promoção da saúde, da inclusão social e da qualidade de vida. O programa apoiará:

- Esporte educacional;
- Esporte comunitário;
- Esporte de rendimento;
- Infraestrutura esportiva;
- Incentivo ao paradesporto;
- Programas voltados à infância, juventude, mulheres, população LGBTQIA+ e

população idosa;

- Ocupação qualificada dos espaços públicos.

5. Programa Lazer e Espaços de Convivência

Promover políticas públicas de lazer, recreação e ocupação qualificada dos espaços públicos. O programa apoiará:

- Implantação de parques;
- Implantação de praças;
- Implantação de equipamentos esportivos;
- Atividades comunitárias;
- Esportes ao ar livre;
- Integração com a política urbana.

6. Programa Formação Cultural

Fortalecer a formação artística, técnica e de gestão dos trabalhadores da cultura, promovendo a qualificação profissional, a inovação e a sustentabilidade do setor cultural catarinense. O programa compreenderá:

- Ampliação da formação artística nas diferentes linguagens culturais, incluindo música, teatro, dança, artes visuais, audiovisual, literatura, patrimônio cultural, culturas populares e culturas tradicionais;
- Formação continuada de gestores públicos de cultura para fortalecer a gestão do Sistema Estadual de Cultura e das políticas municipais;
- Capacitação de produtores culturais, técnicos, agentes culturais e trabalhadores da economia criativa em elaboração de projetos, captação de recursos, gestão cultural, produção executiva, comunicação, acessibilidade e prestação de contas;
- Incentivo à pesquisa, documentação e transmissão dos saberes das culturas populares, indígenas, quilombolas e das demais comunidades tradicionais;
- Desenvolvimento de programas de educação patrimonial e formação de profissionais voltados à preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e imaterial;
- Promoção da inclusão digital e da qualificação tecnológica dos trabalhadores da cultura, ampliando sua capacidade de atuação nos ambientes digitais e nas novas cadeias da economia criativa.

Metas Estratégicas:

- Consolidar o Sistema Estadual de Cultura.
- Descentralizar investimentos culturais.
- Ampliar o acesso aos equipamentos culturais.
- Valorizar o patrimônio cultural catarinense.
- Expandir a participação da economia criativa no desenvolvimento estadual.
- Apoiar empreendimentos criativos em todas as regiões.
- Integrar cultura, turismo e inovação.
- Ampliar a prática esportiva em todas as regiões.
- Modernizar equipamentos esportivos.
- Fortalecer o esporte educacional, comunitário e de rendimento.
- Ampliar a oferta de espaços públicos de convivência.
- Integrar esporte, cultura e lazer nas políticas urbanas.

3.12 DÉCIMA SEGUNDA MISSÃO: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA TERRITORIAL

O desenvolvimento sustentável exige instituições públicas democráticas, transparentes e abertas à participação da sociedade.

O governo fortalecerá os mecanismos de controle social, os conselhos de políticas públicas, as conferências estaduais, os processos participativos de planejamento e os instrumentos de cooperação entre Estado, municípios e regiões.

A gestão pública será orientada pela transparência, pelo diálogo e pela corresponsabilidade entre governo e sociedade.

Programas Estruturantes:

1. Programa Governança Territorial e Regional

Instituir uma política permanente de governança territorial, fortalecendo a cooperação entre Estado, municípios e regiões. As ações incluirão:

- Fortalecimento das associações de municípios e consórcios públicos;
- Apoio ao planejamento regional;
- Elaboração de agendas regionais de desenvolvimento;

- Fortalecimento das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- Integração entre planejamento regional, urbano, ambiental e econômico.

As diferentes regiões do Estado passarão a constituir espaços permanentes de planejamento e coordenação de políticas públicas. Essa diretriz incorpora a necessidade de fortalecer as estruturas metropolitanas, os instrumentos previstos no Estatuto da Metrópole e a integração entre planejamento territorial e políticas setoriais.

2. Programa Fortalecimento da Democracia Participativa

Ampliar os mecanismos permanentes de participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. O programa apoiará:

- Conselhos estaduais de políticas públicas;
- Conferências estaduais;
- Audiências públicas;
- Fóruns regionais;
- Consultas públicas;
- Processos participativos de planejamento;
- Orçamento participativo em programas específicos.

A participação social será incorporada como elemento permanente da gestão pública.

3. Programa Governo Digital e Dados Abertos

Modernizar a administração pública por meio da transformação digital. O programa promoverá:

- Integração das bases de dados estaduais;
- Ampliação dos serviços digitais;
- Transparência ativa;
- Interoperabilidade entre órgãos públicos;
- Dados abertos;
- Simplificação administrativa.

4. Programa Cooperação para o Desenvolvimento

Fortalecer a cooperação do governo estadual com a União, municípios,

universidades, institutos federais, cooperativas, setor produtivo e organizações da sociedade civil. Serão estimulados:

- Redes de inovação;
- Laboratórios de políticas públicas;
- Projetos interinstitucionais;
- Cooperação técnica;
- Compartilhamento de informações;
- Desenvolvimento de soluções para desafios territoriais.

5. Programa Transparência e Integridade Pública

Fortalecer a ética, a transparência e a integridade na administração estadual. As ações compreenderão:

- Ampliação dos mecanismos de controle interno e combate à corrupção;
- Fortalecimento das ouvidorias;
- Transparência das informações orçamentárias;
- Proteção ao denunciante;
- Capacitação permanente dos servidores públicos.

6. Programa Gestão Pública

Valorizar os servidores públicos e fortalecer à capacidade institucional do Estado. O programa garantirá:

- Fim da taxação de 14% para os aposentados;
- Formação continuada;
- Capacitação em planejamento e gestão;
- Inovação pública;
- Transformação digital;
- Gestão por resultados;
- Políticas de valorização das carreiras técnicas.

Especial atenção será dada à recomposição e qualificação das equipes permanentes de planejamento, reconhecendo que a continuidade das políticas públicas depende de estruturas técnicas estáveis.

7. Programa Avaliação e Monitoramento das Políticas Públicas

Instituir uma cultura permanente de avaliação das políticas públicas. O governo implantará:

- Indicadores de desempenho para cada missão estratégica;
- Monitoramento periódico das metas;
- Avaliação de impacto dos programas estruturantes;
- Relatórios anuais de resultados;
- Revisão sistemática das políticas públicas com base em evidências.

Metas Estratégicas:

- Implantar o Sistema Estadual de Planejamento e Desenvolvimento.
- Integrar planejamento, orçamento e avaliação em todas as áreas do governo.
- Fortalecer as carreiras técnicas e ampliar a capacidade institucional da administração pública.
- Fortalecer os consórcios públicos e as associações de municípios.
- Promover a integração entre planejamento regional, urbano, ambiental e econômico.
- Fortalecer o funcionamento dos conselhos estaduais de políticas públicas.
- Realizar conferências estaduais periódicas nas principais áreas de governo.
- Ampliar os instrumentos de participação cidadã.
- Instituir processos permanentes de diálogo com movimentos sociais, universidades, entidades empresariais, cooperativas e organizações da sociedade civil.
- Digitalizar progressivamente os principais serviços públicos estaduais.
- Integrar bases de dados entre os órgãos estaduais.
- Expandir a política de dados abertos.
- Simplificar procedimentos administrativos para cidadãos e empresas.
- Implantar o Sistema Estadual de Inteligência Territorial.
- Estabelecer parcerias permanentes com universidades e centros de pesquisa para produção e avaliação de informações estratégicas.
- Ampliar os mecanismos de transparência ativa e prestação de contas.
- Fortalecer os sistemas de controle interno e ouvidoria.
- Implantar programas permanentes de integridade pública em todos os órgãos estaduais.

- Apoiar projetos interinstitucionais voltados ao desenvolvimento regional.
- Consolidar mecanismos de governança interfederativa para políticas públicas de interesse comum, especialmente nas regiões metropolitanas.

3.13 DÉCIMA TERCEIRA MISSÃO: COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E PROMOVER A IGUALDADE DE GENERO

A violência contra a mulher representa uma das mais graves violações dos direitos humanos e constitui um desafio permanente para a democracia e para a construção de uma sociedade justa.

Em Santa Catarina, milhares de mulheres convivem diariamente com diferentes formas de violência física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e institucional, muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar.

Enfrentar essa realidade exige muito mais do que ampliar a repressão aos agressores. É necessário construir uma política pública integrada, capaz de prevenir a violência, proteger as vítimas, responsabilizar os autores e promover a autonomia econômica e social das mulheres.

Nosso governo adotará uma política estadual permanente de enfrentamento à violência de gênero, baseada na prevenção, na proteção, na garantia de direitos e na articulação entre os diferentes órgãos públicos e a sociedade civil.

Nenhuma mulher deve deixar de denunciar a violência por falta de acolhimento, proteção ou perspectivas de reconstrução de sua vida.

Programas Estruturantes:

1. Rede Catarina de Proteção às Mulheres

Consolidação de uma rede integrada envolvendo Delegacias Especializadas, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, assistência social, saúde, educação, Guarda Municipal e organizações da sociedade civil. A atuação integrada permitirá respostas rápidas, acompanhamento contínuo das vítimas e compartilhamento de informações entre os órgãos responsáveis.

2. Casas da Mulher Catarinense

Implantação e fortalecimento de centros regionais de atendimento às mulheres,

oferecendo em um mesmo espaço acolhimento, orientação jurídica, atendimento psicológico, assistência social, qualificação profissional e encaminhamento para políticas de proteção. Nas regiões onde não houver estrutura permanente, serão implantadas unidades itinerantes para atendimento aos pequenos municípios.

3. Proteção Integral às Mulheres em Situação de Risco

Ampliação da oferta de casas de acolhimento temporário. Acompanhamento das mulheres sob medidas protetivas. Monitoramento eletrônico dos agressores nos casos previstos em lei. Integração com os programas habitacionais, de transferência de renda e de inclusão produtiva para assegurar condições reais de reconstrução da autonomia.

4. Autonomia Econômica das Mulheres

A dependência financeira é um dos principais fatores que dificultam o rompimento do ciclo da violência. O governo desenvolverá programas de qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo feminino, acesso ao microcrédito, apoio às cooperativas e prioridade em programas estaduais de emprego e renda para mulheres em situação de violência.

5. Educação para a Igualdade e Cultura de Paz

Promoção de campanhas permanentes de prevenção à violência contra a mulher. Desenvolvimento de ações educativas nas escolas voltadas ao respeito, à igualdade entre homens e mulheres, à resolução pacífica de conflitos e ao enfrentamento de todas as formas de discriminação. Capacitação continuada de profissionais da educação para identificação precoce de situações de violência.

6. Saúde Integral da Mulher

Fortalecimento da atenção às mulheres vítimas de violência na rede pública de saúde. Garantia de atendimento psicológico, assistência especializada, acolhimento humanizado e acompanhamento continuado. Integração entre os serviços de saúde, assistência social e segurança pública para evitar a revitimização das mulheres durante o atendimento.

7. Cidades Seguras para as Mulheres

Criação de um programa estadual de cooperação com os municípios para fortalecer políticas locais de enfrentamento à violência de gênero. Apoio técnico para elaboração de planos municipais. Capacitação de equipes. Fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres. Incentivo à criação e ao fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

Metas Estratégicas:

- Cumprir a determinação legal de Delegacias de Proteção às Mulheres abertas 24h.
- Instituir a Casa da Mulher Brasileira em convênio com o Governo Federal.
- Expandir a cobertura da rede de atendimento especializado em todas as regiões do Estado.
- Reduzir os índices de feminicídio e de violência doméstica.
- Universalizar o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência.
- Ampliar significativamente a oferta de acolhimento temporário e proteção às mulheres sob risco.
- Garantir programas de qualificação profissional e inclusão produtiva para mulheres em situação de violência.
- Capacitar continuamente os profissionais das áreas de segurança, saúde, educação, assistência social e justiça para atendimento humanizado e integrado.

3.14 DÉCIMA QUARTA MISSÃO: INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

A infraestrutura constitui um dos principais fatores de competitividade econômica, integração territorial e qualidade de vida. Santa Catarina possui uma economia dinâmica, fortemente integrada ao comércio nacional e internacional, mas enfrenta limitações estruturais em sua malha logística, resultado de décadas de investimentos insuficientes, ausência de planejamento integrado e baixa articulação entre os diferentes modais de transporte.

A concentração da movimentação de cargas nas rodovias, os congestionamentos nos principais corredores logísticos, a limitada participação do transporte ferroviário, a necessidade de ampliar a capacidade portuária e aeroportuária, as desigualdades de

infraestrutura entre as regiões e os impactos crescentes das mudanças climáticas exigem um novo modelo de planejamento.

Nosso governo implementará uma Política Estadual de Infraestrutura e Logística orientada pela integração entre rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, infraestrutura energética, conectividade digital e planejamento territorial.

O objetivo é construir uma infraestrutura moderna, resiliente e sustentável, capaz de aumentar a competitividade da economia catarinense, reduzir desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

Programas Estruturantes:

A infraestrutura de Santa Catarina precisa atender as necessidades da população catarinense, da logística de destinação da produção agrícola e industrial e estimular a conexão entre as regiões.

1. Programa Plano Estadual de Infraestrutura e Logística

Elaborar e implementar um planejamento integrado da infraestrutura estadual, articulando investimentos públicos e privados. O programa compreenderá:

- Plano Estadual de Infraestrutura e Logística;
- Carteira estratégica de investimentos;
- Priorização técnica de obras;
- Integração entre infraestrutura, desenvolvimento regional e adaptação climática;
- Monitoramento permanente dos projetos estruturantes.

2. Programa Rodovias para o Desenvolvimento

Modernizar a infraestrutura rodoviária estadual, aumentando a segurança, a capacidade e a eficiência da circulação de pessoas e mercadorias. O programa apoiará:

- Duplicações e ampliações de capacidade;
- Pavimentação e recuperação de rodovias estaduais;
- Eliminação de pontos críticos;
- Manutenção permanente da malha rodoviária;
- Obras de segurança viária;
- Infraestrutura resiliente aos eventos climáticos.

3. Programa Logística Integrada

Promover a integração entre os diferentes modais de transporte. O programa compreenderá:

- Articulação entre rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- Plataformas logísticas regionais;
- Centros intermodais de cargas;
- Planejamento logístico integrado;
- Corredores estratégicos de exportação.

4. Programa Ferrovias para Santa Catarina

Fortalecer a participação do transporte ferroviário na logística estadual. O programa apoiará:

- Articulação com o Governo Federal;
- Estudos e projetos ferroviários;
- Integração das ferrovias aos portos e polos industriais;
- Ampliação da competitividade do transporte de cargas;
- Redução dos custos logísticos.

5. Programa Portos Competitivos

Fortalecer o sistema portuário catarinense como ativo estratégico do desenvolvimento. O programa promoverá:

- Integração entre os portos públicos e privados;
- Modernização da infraestrutura portuária;
- Melhoria dos acessos terrestres;
- Digitalização das operações;
- Sustentabilidade ambiental;
- Ampliação da capacidade logística.

6. Programa Energia para o Desenvolvimento

Ampliar a segurança energética e apoiar a transição para uma matriz mais sustentável. O programa compreenderá:

- Modernização das redes de distribuição;

- Expansão da infraestrutura energética;
- Apoio à geração distribuída;
- Energias renováveis;
- Armazenamento de energia.

7. Programa Santa Catarina Conectada

Universalizar a infraestrutura digital como condição para o desenvolvimento. O programa apoiará:

- Expansão da internet de alta velocidade;
- Conectividade rural;
- Redes de fibra óptica;
- Infraestrutura para tecnologia 5G e futuras gerações;
- Inclusão digital dos pequenos municípios.

Metas Estratégicas:

- Modernizar a infraestrutura de acesso aos portos catarinenses.
- Apoiar a expansão da infraestrutura ferroviária em articulação com o Governo Federal.
- Aumentar a participação do transporte ferroviário e intermodal na movimentação de cargas.
- Expandir a infraestrutura energética para acompanhar o crescimento econômico.
- Universalizar o acesso à internet de alta velocidade em todos os municípios.
- Fortalecer a conectividade das áreas rurais.
- Melhorar a capacidade técnica do Estado na elaboração e gestão de projetos.
- Ampliar a carteira de projetos executivos aptos à captação de recursos.
- Reduzir o tempo entre planejamento e execução das obras estratégicas.
- Viabilizar a implantação da tarifa zero o transporte.

CONCLUSÃO: UMA VISÃO INTEGRADA PARA O FUTURO

As missões apresentadas neste Plano constituem uma estratégia única de desenvolvimento para Santa Catarina. Elas não representam áreas isoladas de governo, mas dimensões complementares de um mesmo projeto, no qual crescimento econômico, justiça territorial, inovação, sustentabilidade e qualidade de vida se reforçam

mutuamente.

Cada missão será detalhada de forma participativa com a sociedade catarinense, por meio de diagnóstico específico, objetivos estratégicos, programas estruturantes, metas, indicadores e mecanismos de governança. Dessa forma, o Plano deixa de ser uma simples relação de compromissos eleitorais para tornar-se um instrumento de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas, orientado por resultados e por uma visão compartilhada de futuro para Santa Catarina.